



TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

Para emissão de

**CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 214ª, 215ª, 216ª E 217ª SÉRIES
DA 4ª EMISSÃO DA**



ISEC SECURITIZADORA S.A.

Como Emissora

Celebrado com

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Como Agente Fiduciário

Lastreado em Direitos Creditórios Imobiliários devidos pela

RTDR PARTICIPAÇÕES S.A.

Como Devedora

São Paulo, 30 de março de 2021.

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Gomes Faria, Marina Moura De Barros, Eduardo De Mayo Valente Caires, Luisa Herkenhoff Mis e Juliane Effing Matias.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código F126-4AAF-1C42-9AF5.



TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

I - PARTES

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

ISEC SECURITIZADORA S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º Andar, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04533-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.451/0001-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora” ou “Securitizadora”); e

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade de natureza limitada, atuando por sua filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 466, sl. 1401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Agente Fiduciário”).

(sendo a Emissora e o Agente Fiduciário denominados, conjuntamente, como “Partes” ou, individualmente, como “Parte”)

RESOLVEM celebrar este *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries da 4ª Emissão da ISEC Securizadora S.A. (“Termo”)*, para vincular os Créditos Imobiliários aos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries da 4ª Emissão da ISEC Securizadora S.A., de acordo com o artigo 8º da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, bem como das demais legislações aplicáveis e as cláusulas abaixo redigidas.



II - CLÁUSULAS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES

1.1. **Definições:** Para os fins deste Termo, adotam-se as seguintes definições, sem prejuízo daquelas que forem estabelecidas no corpo deste Termo.

1.1.1. Além disso, (i) os cabeçalhos e títulos deste Termo servem apenas para conveniência de referência e não limitarão ou afetarão o significado dos dispositivos aos quais se aplicam; (ii) os termos “inclusive”, “incluindo”, “particularmente” e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados do termo “exemplificativamente”; (iii) sempre que exigido pelo contexto, as definições contidas nesta Cláusula Primeira aplicar-se-ão tanto no singular quanto no plural e o gênero masculino incluirá o feminino e vice-versa; (iv) referências a qualquer documento ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto de forma diferente; (v) referências a disposições legais serão interpretadas como referências às disposições respectivamente alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas; (vi) salvo se de outra forma expressamente estabelecido neste Termo, referências a itens ou anexos aplicam-se a itens e anexos deste Termo; e (vii) todas as referências a quaisquer Partes incluem seus sucessores, representantes e cessionários devidamente autorizados.

“<u>Agente Fiduciário</u>”:	Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., conforme definido no preâmbulo;
“<u>Amortização Antecipada Facultativa</u>”:	A partir do 8º (oitavo) mês, respeitado um limite máximo de 1 (uma) Amortização Antecipada Facultativa a cada 4 (quatro) meses e um montante correspondente a, no máximo, 20% (vinte por cento) do Saldo Devedor, acrescido da Atualização Monetária e Juros Remuneratórios nos termos da Cláusula 2ª das CCB, contados da data de liberação dos recursos das CCB (ou da



data de último pagamento de juros sobre o saldo devedor, o que ocorrer por último) até a data da respectiva liquidação das CCB, acrescido de prêmio de pré-pagamento correspondente a 2% (dois por cento) incidente sobre o Valor de Amortização Antecipada Facultativa, a Emissora deverá utilizar tais recursos para realização de amortização antecipada das CCB e conseqüentemente dos CRI, observado o quanto previsto na Cláusula 1.8. das CCB;

“Assembleia Geral de Titulares dos CRI”:

A Assembleia Geral de Titulares dos CRI, convocada e instalada nos termos da Cláusula Dezesesseis deste Termo;

“Auditor Independente do Patrimônio Separado”:

A **BLB Auditores Independentes**, com sede na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Vargas, 2121, 6º andar, conjunto 603, CEP 14020-260, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.096.033/0001-63, ou outro auditor independente que venha a substituí-lo na forma prevista neste Termo de Securitização, responsável por auditar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações na Instrução CVM nº 600;

“Aval”:

A garantia pessoal prestada pelos Avalistas, nos termos das CCB;

“Avalistas”:

Diego Schumacker Rosa, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, residente e domiciliado na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, na Avenida Atlântica, 5.770, apto. 3.102, CEP 88330-030, CPF sob o nº 026.610.929-27; e Tatiana Schumacker Rosa Cequinel, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, residente e



domiciliada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, na Avenida Atlântica, 5.014, apto. 3.101, CEP 88330-030, inscrita no CPF sob o nº 023.946.289-01, quando mencionados em conjunto, na qualidade de avalistas das respectivas CCB;

“B3”: A B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3, instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de depositária de ativos escriturais e liquidação financeira;

“Banco Liquidante”: Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.746.948/0001-12, responsável pelas liquidações financeiras dos CRI;

“Boletim de Subscrição”: O boletim de subscrição por meio do qual os Investidores subscreverão os CRI;

“CCB 214ª Série”: Significa a “*Cédula de Crédito Bancário nº 2104086826/RPS*” emitida pela Devedora, com aval dos Avalistas, em favor do Cedente, em 30 de março de 2021, no valor total de R\$ 12.500.000,00;

“CCB 215ª Série”: Significa a “*Cédula de Crédito Bancário nº 2104086825/RPS*” emitida pela Devedora, com aval dos Avalistas, em favor do Cedente, em 30 de março de 2021, no valor total de R\$ 12.500.000,00;

“CCB 216ª Série”: Significa a “*Cédula de Crédito Bancário nº 2104086806/RPS*” emitida pela Devedora, com aval dos Avalistas, em favor do



Cedente, em 30 de março de 2021, no valor total de R\$ 12.500.000,00;

“CCB 217ª Série”:

Significa a “Cédula de Crédito Bancário nº 2104086801/RPS” emitida pela Devedora, com aval dos Avalistas, em favor do Cedente, em 30 de março de 2021, no valor total de R\$ 12.500.000,00;

“CCB”:

Significa a CCB 214ª Série, CCB 215ª Série, CCB 216ª Série e CCB 217ª Série, quando referidas em conjunto;

“CCI 214ª Série”:

A Cédula de Crédito Imobiliário nº CID-214-001 integral emitida pela Emissora, sob a forma escritural, sem garantia real imobiliária, representando a totalidade dos Créditos Imobiliários, nos termos da CCB 214ª Série;

“CCI 215ª Série”:

A Cédula de Crédito Imobiliário nº CID-214-002 integral emitida pela Emissora, sob a forma escritural, sem garantia real imobiliária, representando a totalidade dos Créditos Imobiliários, nos termos da CCB 215ª Série;

“CCI 216ª Série”:

A Cédula de Crédito Imobiliário nº CID-214-003 integral emitida pela Emissora, sob a forma escritural, sem garantia real imobiliária, representando a totalidade dos Créditos Imobiliários, nos termos da CCB 216ª Série;

“CCI 217ª Série”:

A Cédula de Crédito Imobiliário nº CID-214-004 integral emitida pela Emissora, sob a forma escritural, sem garantia real imobiliária, representando a totalidade dos Créditos Imobiliários, nos termos da CCB 217ª Série;



- “CCI”: As CCI 214ª Série, CCI 215ª Série, CCI 216ª Série e CCI 217ª Série, quando referidas em conjunto;
- “Cedente”: **A QI SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.**, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2391, andar 1 cj.12 sala A, São Paulo - SP, CEP 01.452-000 inscrita no CNPJ sob o nº 32.402.502/0001-35;
- “Cessão Fiduciária 214ª Série”: Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas da 214ª Série, a cessão fiduciária dos Recebíveis 214ª Série, presentes e futuros, titulados pelas Fiduciantes 214ª Série em relação à totalidade das Unidades Autônomas, conforme Instrumentos de Compra e Venda descritos no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária nº 1;
- “Cessão Fiduciária 215ª Série”: Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas da 215ª Série, a cessão fiduciária dos Recebíveis 215ª Série, presentes e futuros, titulados pelas Fiduciantes 215ª Série em relação à totalidade das Unidades Autônomas, conforme Instrumentos de Compra e Venda descritos no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária nº 2;
- “Cessão Fiduciária 216ª Série”: Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas da 216ª Série, a cessão fiduciária dos Recebíveis 216ª Série, presentes e futuros, titulados pelas Fiduciantes 216ª Série em relação à totalidade das Unidades Autônomas, conforme Instrumentos de Compra e Venda descritos no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária nº 3;



“Cessão Fiduciária 217ª Série”:

Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas da 217ª Série, a cessão fiduciária dos Recebíveis 217ª Série, presentes e futuros, titulados pelas Fiduciantes 217ª Série em relação à totalidade das Unidades Autônomas, conforme Instrumentos de Compra e Venda descritos no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária nº 4;

“Cessões Fiduciárias”:

A Cessão Fiduciária 214ª Série, a Cessão Fiduciária 215ª Série, a Cessão Fiduciária 216ª Série e a Cessão Fiduciária 217ª Série quando mencionadas em conjunto;

“CETIP21”:

CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3;

“Condições Precedentes”:

Correspondem às condições necessárias para o desembolso, pela Securitizadora em favor da Devedora, equivalente ao Valor do Desembolso, a seguir elencadas:

a) estejam perfeitamente formalizados todos os Documentos da Oferta, Certificados de Recebíveis Imobiliários objeto da 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries da 4ª Emissão da ISE Securitizadora S.A. (“CRI”) devendo, para tanto, também estar formalizadas as respectivas atas de assembleias autorizando tal Oferta se for o caso, entendendo-se como tal a assinatura (incluindo seus anexos quando for o caso) pelas respectivas partes, bem como a verificação dos poderes dos representantes destas partes;

b) cumprimento, por parte da Devedora, de todas as obrigações assumidas nas CCB vencidas e exigíveis na Data do

Desembolso, bem como a inoccorrência de qualquer evento de Vencimento Antecipado;

c) obtenção do registro dos CRI para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário junto à B3;

d) perfeita formalização e emissão das CCB;

e) conclusão do processo de *Due Diligence legal* da Devedora, das proprietárias dos imóveis objeto dos Empreendimentos e dos Avalistas, de forma satisfatória à Cedente e à Securitizadora, com a consequente emissão de opinião legal, abrangendo os CRI;

f) fornecimento do Relatório SCR/BACEN atualizado da Devedora;

g) apresentação, pela Devedora à Securitizadora, do comprovante de registro das CCB, perante o cartório de registro de títulos e documentos da comarca da sede da Devedora, do Credor e de domicílio dos avalistas;

h) apresentação, pela Devedora à Securitizadora, do comprovante de registro dos Contratos de Cessão e dos Contratos de Cessão Fiduciária, perante o cartório de registro de títulos e documentos da comarca da sede da Devedora, da Cedente e da Cessionária;

i) integralização dos CRI;



- j) não ocorrência de qualquer mudança material adversa no mercado financeiro e de capitais local e internacional, qualquer alteração de ordem política, na legislação e regulamentações aplicáveis (inclusive de natureza tributária) ou, ainda, nas condições operacionais e/ou econômico-financeiras da Devedora que possa inviabilizar a operação; e
- k) que as declarações da Devedora sejam válidas, completas e precisas na oportunidade do desembolso;

“Conta Centralizadora 214ª Série”:

Conta corrente nº 3081-3, agência 3395-2, do Banco Bradesco S.A. (237), de titularidade da Emissora;

“Conta Centralizadora 215ª Série”:

Conta corrente nº 3086-4, agência 3395-2, do Banco Bradesco S.A. (237), de titularidade da Emissora;

“Conta Centralizadora 216ª Série”:

Conta corrente a ser posteriormente indicada pela Emissora na agência 3395-2, a ser aberta e mantida em nome da Emissora junto ao Banco Bradesco S.A.;

“Conta Centralizadora 217ª Série”:

Conta corrente nº 3079-1, agência 3395-2, do Banco Bradesco S.A. (237), de titularidade da Emissora;

“Contrato de Cessão nº 1”:

“Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças nº 1” firmado em 30 de março de 2021, entre a Cedente, a Emissora e a Devedora por meio do qual os Créditos Imobiliários 214ª Série, decorrentes da CCB da 214ª Série, representados pela CCI 214ª Série, foram cedidos pela Cedente à Emissora;



“Contrato de Cessão nº 2”:

“Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças nº 2” firmado em 30 de março de 2021, entre a Cedente, a Emissora e a Devedora por meio do qual os Créditos Imobiliários 215ª Série, decorrentes da CCB da 215ª Série, representados pela CCI 215ª Série, foram cedidos pela Cedente à Emissora;

“Contrato de Cessão nº 3”:

“Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças nº 3” firmado em 30 de março de 2021, entre a Cedente, a Emissora e a Devedora por meio do qual os Créditos Imobiliários 216ª Série, decorrentes da CCB da 216ª Série, representados pela CCI 216ª Série, foram cedidos pela Cedente à Emissora;

“Contrato de Cessão nº 4”:

“Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças nº 4” firmado em 30 de março de 2021, entre a Cedente, a Emissora e a Devedora por meio do qual os Créditos Imobiliários 217ª Série, decorrentes da CCB da 217ª Série, representados pela CCI 217ª Série, foram cedidos pela Cedente à Emissora;

“Contratos de Cessão”:

O Contrato de Cessão nº 1, o Contrato de Cessão nº 2, o Contrato de Cessão nº 3 e o Contrato de Cessão nº 4 quando mencionados em conjunto;

“Contrato de Cessão Fiduciária nº 1”:

“Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia nº 1” firmado em 30 de março de 2021, entre as Fiduciantes 214ª Série, a Devedora e a Emissora, por meio do qual as Fiduciantes 214ª Série cedem fiduciariamente, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514 e das demais disposições legais aplicáveis, os Recebíveis da 214ª Série, presentes e futuros,

titulados pelas Fiduciantes 214ª Série em relação à totalidade das Unidades Autônomas, conforme Instrumentos de Compra e Venda descritos no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária nº 1;

“Contrato de Cessão Fiduciária nº 2”:

“Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia nº 2” firmando em 30 de março de 2021, entre as Fiduciantes 215ª Série, a Devedora e a Emissora, por meio do qual as Fiduciantes 215ª Série cedem fiduciariamente, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514 e das demais disposições legais aplicáveis, os Recebíveis da 215ª Série, presentes e futuros, titulados pelas Fiduciantes 215ª Série em relação à totalidade das Unidades Autônomas, conforme Instrumentos de Compra e Venda descritos no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária nº 2;

“Contrato de Cessão Fiduciária nº 3”:

“Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia nº 3” firmando em 30 de março de 2021, entre as Fiduciantes 216ª Série, a Devedora e a Emissora, por meio do qual as Fiduciantes 216ª Série cedem fiduciariamente, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514 e das demais disposições legais aplicáveis, os Recebíveis da 216ª Série, presentes e futuros,

titulados pelas Fiduciantes 216ª Série em relação à totalidade das Unidades Autônomas, conforme Instrumentos de Compra e Venda descritos no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária nº 3;

“Contrato de Cessão Fiduciária nº 4”:

“Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia nº 4” firmando em 30 de março de 2021, entre as Fiduciantes 217ª Série, a Devedora e a Emissora, por meio do qual as Fiduciantes 217ª Série cedem fiduciariamente, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514 e das demais disposições legais aplicáveis, os Recebíveis da 217ª Série, presentes e futuros, titulados pelas Fiduciantes 217ª Série em relação à totalidade das Unidades Autônomas, conforme Instrumentos de Compra e Venda descritos no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária nº 4;

“Contratos de Cessão Fiduciária”:

O Contrato de Cessão Fiduciária nº 1, o Contrato de Cessão Fiduciária nº 2, Contrato de Cessão Fiduciária nº 3 e o Contrato de Cessão Fiduciária nº 4 quando mencionados em conjunto.



“Contrato de Distribuição”:

O *Contrato Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 214ª, 215ª, 216ª e 21ª Séries da 4ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A., sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação* celebrado, nesta data, entre a Emissora, e a Devedora, para reger a forma de distribuição dos CRI para o CRI 214ª Série; CRI 215ª Série; CRI 216ª Série; e CRI 217ª Série, nos termos da Instrução CVM nº 476/09;

“Créditos Imobiliários 214ª Série”:

Os créditos imobiliários decorrentes da CCB 214ª Série, que compreendem a obrigação de pagamento pela Devedora do Valor de Principal atualizado pela atualização monetária, dos juros remuneratórios, bem como de todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Devedora por força da CCB 214ª Série, e a totalidade dos respectivos acessórios, tais como, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos termos da CCB 214ª Série,

“Créditos Imobiliários 215ª Série”:

Os créditos imobiliários decorrentes da CCB 215ª Série, que compreendem a obrigação de pagamento pela Devedora do Valor de Principal atualizado pela atualização monetária, dos juros remuneratórios, bem como de todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Devedora por força da CCB 215ª Série, e a totalidade dos respectivos acessórios, tais como, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos termos da CCB 215ª Série,

“Créditos Imobiliários 216ª Série”:

Os créditos imobiliários decorrentes da CCB 216ª Série, que

compreendem a obrigação de pagamento pela Devedora do Valor de Principal atualizado pela atualização monetária, dos juros remuneratórios, bem como de todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Devedora por força da CCB 216ª Série, e a totalidade dos respectivos acessórios, tais como, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos termos da CCB 216ª Série;

“Créditos Imobiliários 217ª Série”: Os créditos imobiliários decorrentes da CCB 217ª Série, que compreendem a obrigação de pagamento pela Devedora do Valor de Principal atualizado pela atualização monetária, dos juros remuneratórios, bem como de todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Devedora por força da CCB 217ª Série, e a totalidade dos respectivos acessórios, tais como, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos termos da CCB 217ª Série;

“Créditos Imobiliários”: Os Créditos Imobiliários 214ª Série, Créditos Imobiliários 215ª Série, Créditos Imobiliários 216ª Série e Créditos Imobiliários 217ª Série, quando referidos em conjunto;

“Credor”: A **QI Sociedade de Crédito Direto S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 32.402.502/0001-35, no âmbito das CCB;

“CRI 214ª Série”: Os certificados de recebíveis imobiliários da 214ª série da emissão da Securitizadora, lastreados nos Créditos Imobiliários 214ª Série oriundos da CCB 214ª Série;



- “CRI 215ª Série”: Os certificados de recebíveis imobiliários da 215ª série da 4ª emissão da Securitizadora, lastreados nos Créditos Imobiliários 215ª Série oriundos da CCB 215ª Série;
- “CRI 216ª Série”: Os certificados de recebíveis imobiliários da 216ª série da 4ª emissão da Securitizadora, lastreados nos Créditos Imobiliários 216ª Série oriundos da CCB 216ª Série;
- “CRI 217ª Série”: Os certificados de recebíveis imobiliários da 217ª série da 4ª emissão da Securitizadora, lastreados nos Créditos Imobiliários 217ª Série oriundos da CCB 217ª Série;
- “CRI”: os Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI 214ª Série, CRI 215ª Série, CRI 216ª Série e CRI 217ª Série, quando mencionados em conjunto;
- “CRI em Circulação”: Para fins de constituição de quórum, são todos os CRI em circulação no mercado, excluídos aqueles que a Emissora e a Devedora possuem, ou que sejam de propriedade de seus controladores, ou de qualquer de suas controladas ou ligadas, direta ou indiretamente, bem como dos respectivos administradores;
- “CVM”: Comissão de Valores Mobiliários;
- “Data de Aniversário” ou “Data de Pagamento”: Conforme disposto no Anexo I ao presente Termo;
- “Data de Emissão”: O dia 30 de março de 2021;
- “Data de Vencimento Final do CRI” 2.186 (dois mil cento e oitenta e seis) dias corridos após a Data



- 214ª Série”: de Emissão, isto é, no dia 25 de março de 2027;
- “Data de Vencimento Final do CRI 215ª Série”: 2.186 (dois mil cento e oitenta e seis) dias corridos após a Data de Emissão, isto é, no dia 25 de março de 2027;
- “Data de Vencimento Final do CRI 216ª Série”: 2.186 (dois mil cento e oitenta e seis) dias corridos após a Data de Emissão, isto é, no dia 25 de março de 2027;
- “Data de Vencimento Final do CRI 217ª Série”: 2.186 (dois mil cento e oitenta e seis) dias corridos após a Data de Emissão, isto é, no dia 25 de março de 2027;
- “Despesas Iniciais”: São as despesas iniciais previstas nos Anexos II da CCB;
- “Devedora”: RTDR Participações S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, sala 9A-1, CEP 88330-063, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.222.901/0001-00;
- “Dia(s) Útil(eis)”: Significa qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional no Brasil;
- “Documentos da Operação”: Quando mencionados em conjunto: (i) as CCB; (ii) os Contratos de Cessão; (iii) os Contratos de Cessão Fiduciária; (iv) a Escritura de Emissão de CCI; (v) o presente Termo de Securitização; (vi) o Boletim de Subscrição dos CRI; (vii) o Contrato de Distribuição; (viii) o Contrato de Monitoramento e Espelhamento; e (ix) os respectivos aditamentos e outros instrumentos que integrem ou venham a integrar a presente operação e que venham a ser celebrados;
- “Embraed 28”: **A EMBRAED 28 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA,**



sociedade de propósito específico, com sede na Cidade de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, Sala 09-M, CEP 88330-063, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.532.964/0001-58;

“Embraed 37”:

A **EMBRAED 37 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, sociedade de propósito específico, com sede na Cidade de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, Sala 09-N, CEP 88330-063, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.825.610/0001-00;

“Embraed 64”:

A **EMBRAED 64 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, sociedade de propósito específico, com sede na Cidade de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, Sala 09-I, CEP 88330-063, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 14.728.078/0001-31;

“Embraed Brasil Two”:

A **EMBRAED BRASIL TWO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, sociedade de propósito específico, com sede na Cidade de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, Sala 09-H, CEP 88330-063, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.475.833/0001-50;

“Embraed Edificações”:

A **EMBRAED EMPRESA BRASILEIRA DE EDIFICAÇÕES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, sala 09, CEP 88330-063, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 78.530.375/0001-50;

“Embraed Ilhas Marianas”:

A **EMBRAED ILHAS MARIANAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, sociedade de propósito específico,



com sede na Cidade de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, sala 9A-V, CEP 88330-063, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.959.668/0001-01;

“Embraed La Martina”:

A **EMBRAED LA MARTINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, sociedade de propósito específico, com sede na Cidade de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, Sala 09/D, CEP 88330-063, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.502.100/0001-68;

“Embraed NK”:

A **EMBRAED 37 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, sociedade de propósito específico, com sede na Cidade de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, Sala 09-N, CEP 88330-063, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.825.610/0001-00;

“Embraed One”:

A **EMBRAED ONE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, sociedade de propósito específico, com sede na Cidade de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil, nº 3.313, Sala 09-1, CEP 88330-063, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.715.944/0001-39;

“Embraed Santé”:

A **EMBRAED SANTÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, sociedade de propósito específico, com sede na Cidade de Balneário Camboriú, no Estado de Santa Catarina, na Rua João Francisco dos Santos, 100, CEP 88331-120, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.292.072/0001-31;

“Emissão”:

A presente emissão das 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries de 4ª Emissão de CRI da Emissora;



“Escritura de Emissão de CCI”:

O Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integral sem Garantia Real Imobiliária sob a Forma Escritural, celebrados, nesta data, entre a Emissora, a Instituição Custodiante e a Devedora, mediante os quais a Emissora emitiu as CCI;

“Escriturador”:

BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.60.746.948/0001-12, instituição responsável pela escrituração dos CRI;

“Eventos de Vencimento Antecipado”:

São os eventos previstos no item 4.1 e 4.2. das CCB e abaixo transcritos, que, quando ocorridos podem ensejar a declaração do vencimento antecipado das CCB e, conseqüentemente, dos Créditos Imobiliários, observada a necessidade de deliberação dos Titulares dos CRI reunidos em Assembleia Geral de Titulares dos CRI para as hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, observados o quórum e os procedimentos previstos neste Termo:

Vencimento Antecipado Não Automático

(a) Não cumprimento, pela Devedora e/ou pelos Avalistas, de quaisquer obrigações não pecuniárias assumidas nas Cédulas e/ou nos documentos da oferta, que não tenham sido sanadas no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento, pela Devedora e/ou pelos Avalistas, de

notificação informando-lhe acerca do referido descumprimento;

(b) Se forem identificados pelo Credor das CCB, a qualquer tempo, quaisquer ônus, reais, pessoais, judiciais ou extrajudiciais, gravames, penhora, cessão, empréstimo ou qualquer outra oneração, seja de que natureza for, sobre as Garantias e os bens a elas relacionados, ou distribuições de qualquer ordem ou natureza, impeditivas da constituição da garantia de cessão fiduciária, ou, ainda, que comprometam a garantia de cessão fiduciária ou ponham em risco a eficácia e validade da cessão fiduciária e perante terceiros;

(c) Venda, compromisso e promessa de compra e venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de ativos objeto das Garantias;

(d) A falta de pagamento, não justificada pela Devedora dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis, pela Devedora e/ou pelos Avalistas ou por qualquer sociedade controlada diretamente pela Devedora e/ou pelos Avalistas, de quaisquer dívidas;

(e) O vencimento antecipado, não justificado pela Devedora dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis, de quaisquer obrigações financeiras da Devedora e/ou dos Avalistas, de seus controladores, conforme aplicável, ou de suas sociedades diretamente controladas;

(f) Se a partir da Data de Emissão das CCB, a Devedora e/ou qualquer dos Avalistas e/ou qualquer das Afiliadas da Devedora e/ou dos Avalistas, tiver(em) qualquer título protestado por

falta de pagamento, e não baixado em até 05 (cinco) Dias Úteis, em valor individual ou agregado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

(g) Se a partir da Data de Emissão das CCB, a Devedora e/ou qualquer dos Avalistas e/ou qualquer das Afiliadas da Devedora e/ou dos Avalistas, conforme abaixo definido, tiver(em) sua qualidade de crédito deteriorada, o que se verificará, inclusive mas sem limitação, através de inserção de restrições nos sistemas de informações financeiras (BACEN e/ou Serasa Experian), em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); ou ainda, se for proposta ou iniciada contra a Devedora e/ou contra qualquer dos Avalistas e/ou qualquer das Afiliadas da Devedora e/ou dos Avalistas, ou seus administradores qualquer procedimento investigativo, administrativo, judicial ou extrajudicial, ou de qualquer natureza que possa comprometer o seu crédito decorrente das CCB, sem que seja prestado o devido esclarecimento;

(h) Se a Devedora incorrer em qualquer uma das causas previstas nos artigos 333 e 1425 do Código Civil;

(i) A ocorrência, não justificada pela Devedora, dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis, de qualquer medida judicial ou extrajudicial de constrição de bens ou direitos, tais como arresto, sequestro, embargo, interdição ou penhora de bens da Devedora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

(j) Cancelamento, revogação, suspensão ou não requerimento de renovação das autorizações e licenças,

inclusive as ambientais, nos respectivos prazos e relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Devedora e/ou por qualquer de suas controladas que atrapalhe ou impeça o contínuo uso e/ou funcionamento dos Empreendimentos, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal cancelamento, revogação, suspensão ou do não requerimento tempestivo de renovação a Devedora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Devedora em relação aos Empreendimentos até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

(k) Não cumprimento da obrigação de Reforço ou Substituição de Garantia, nos prazos e formas previstos nas CCB;

(l) Violação, comprovada por meio de decisão ou sentença judicial transitada em julgado, de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra a prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, o previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“Lei 12.846”), no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, na Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e conforme aplicável o *Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 e o *UK Bribery Act* de 2010 (em conjunto “Leis Anticorrupção”);

(m) Se, sem o exposto e prévio consentimento da Emissora, ocorrer a transferência a terceiros dos direitos e obrigações da Devedora e/ou dos Avalistas, previstos nas CCB;

(n) Caso as CCB e/ou quaisquer de suas Garantias forem objeto de questionamento judicial pela Devedora e/ou por qualquer dos Avalistas, forem anuladas ou de qualquer forma forem rescindidas ou tiverem seus efeitos suspensos em até 10 (dez) dias a contar de tal questionamento;

(o) Se a Devedora e/ou qualquer dos Avalistas e/ou qualquer das Afiliadas da Devedora e/ou dos Avalistas, requerer(em) auto-falência e/ou tiver(em) requerida a sua falência e/ou liquidação e/ou dissolução e/ou se for aberto qualquer tipo de concurso de credores;

(p) Se a Devedora e/ou os Avalistas e/ou qualquer das Afiliadas da Devedora e/ou dos Avalistas, conforme abaixo definido, requerer(em) ou entrar(em) em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;

(q) Descumprimento de limites e índices financeiros relacionados a seguir, calculados com base nas demonstrações financeiras anuais auditadas e consolidadas da Devedora, por empresa independente, verificados anualmente pelo Credor e Agente Fiduciário, sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

(A) a razão entre (1) Dívida Líquida; e (2) Patrimônio Líquido Ajustado; deverá ser sempre igual ou inferior a 0,70 (setenta centésimos);

Sendo que:

"Dívida Total Consolidada": soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos da Devedora e de toda e qualquer empresa do seu grupo econômico, conforme suas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas e/ou balancetes, incluídos (i) os títulos descontados com regresso e antecipação de recebíveis, (ii) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (iii) arrendamento mercantil / leasing financeiro, (iv) os títulos de renda fixa não conversíveis fruto de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, e (v) os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos;

"Dívida Líquida": corresponde a Dívida Total Consolidada, como definida acima, menos as disponibilidades (somatório do caixa mais aplicações financeiras) conforme as demonstrações financeiras auditadas e consolidadas e/ou balancetes da Devedora e de toda e qualquer empresa do seu grupo econômico; e

"Patrimônio Líquido Ajustado": patrimônio líquido contábil da Devedora, apurado anualmente por uma das empresas de auditoria independente a seguir: KPMG, PricewaterhouseCoopers, Deloitte e/ou Ernst Young, considerando um desconto de 40% (quarenta por cento) do valor das propriedades para investimento e um ganho de 40% (quarenta por cento) dos impostos deferidos relacionados às propriedades para investimento. Tanto o valor das propriedades para investimento quanto dos impostos deferidos será sempre apurado conforme as demonstrações financeiras relativas ao último exercício social na data do cálculo, sem qualquer reajuste no tempo. Ajustes positivos no valor

patrimonial da Devedora em função de reavaliação de preços ativos realizados a partir de Janeiro de 2020 serão excluídos do cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, assim como os tributos deferidos lançados no passivo em função de tal reavaliação.

Vencimento Antecipado Automático

(a) Inadimplemento da Devedora e/ou dos Avalistas das obrigações, financeiras ou não, previstas nas CCB, nas Cessão Fiduciárias de Recebíveis ou em qualquer outra dívida financeira de responsabilidade da Devedora e/ou os Avalistas e/ou quaisquer sociedades que lhes sejam ligadas, coligadas, que sejam por eles controladas ou sejam suas controladoras, que estejam sob controle comum ou que tenham administradores comuns, e/ou qualquer agrupamento societário, associação ou consórcio de que qualquer dos anteriores façam parte tenha sido celebrado com o Credor e/ou com sociedades que lhe sejam ligadas, coligadas, que sejam por ele controladas ou sejam suas controladoras, desde que não regularizado no prazo de 01 (um) Dia Útil após recebimento de notificação a ser enviada pelo Credor;

(b) Inadimplemento da Devedora e/ou dos Avalistas das obrigações, financeiras ou não, previstas nas CCB, nas Cessão Fiduciárias de Recebíveis ou em qualquer outra dívida financeira de responsabilidade da Devedora e/ou os Avalistas e/ou das Afiliadas da Devedora e/ou dos Avalistas, tenham celebrado com qualquer outro terceiro que não o Credor ou as Afiliadas do Credor, desde que não regularizado no prazo de 03 (três) Dias Úteis após recebimento de notificação a ser enviada pelo terceiro;

- (c) Quando aplicável, se a Devedora e/ou qualquer dos Avalistas requerer(em) ou tiver(em) requerida sua insolvência civil, declaração de incapacidade, de ausência ou interdição, se ficar(em) impedidos, por qualquer razão de fato ou de direito, de exercer(em) suas atividades e/ou administrar(em) seus bens e/ou negócios; ou ainda, se for verificada a ocorrência de morte dos mesmos;
- (d) Se a Devedora tiver seu controle acionário direto ou indireto alterado, sem antes obter anuência expressa do Credor em relação à continuidade das CCB;
- (e) Na ocorrência de incorporação, fusão, cisão da Devedora e/ou qualquer dos Avalistas e/ou qualquer das Afiliadas da Devedora e/ou dos Avalistas, exceto se tal alteração for realizada com quaisquer de suas controladas, controladoras ou previamente autorizada pelo Credor;
- (f) Na ocorrência de qualquer fato ou evento que caracterize desvio de finalidade e/ou modificação do objeto social que, a exclusivo critério do Credor, possa comprometer a solvabilidade e capacidade de pagamento da Devedora, e/ou, ainda, alienação ou perda de parte do patrimônio da Devedora em montante igual ou superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio da Devedora na Data de Emissão das CCB;
- (g) Se for verificada a inveracidade ou inexatidão, a qualquer tempo, das declarações prestadas pela Devedora e/ou por qualquer dos Avalistas, quando da constituição de garantia das suas obrigações, seja nas CCB ou em quaisquer dos instrumentos de constituição das Garantias;

- (h) Se for verificada a existência de procedimento de ordem litigiosa, judicial ou extrajudicial, inclusive perante autoridades administrativas, que envolva a prática de trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, prostituição, atos lesivos ao meio ambiente ou qualquer espécie de irregularidade, movido em face da Devedora ou de qualquer dos Avalistas que, a exclusivo critério do Credor, possa acarretar na responsabilização ambiental deste último;
- (i) A falta da efetiva constituição e/ou formalização das Garantias e/ou seus aditamentos, no prazo ajustado, em termos e condições satisfatórios ao Credor e observado os dispositivos contratuais e/ou legais aplicáveis, ou se a Devedora e/ou qualquer dos Avalistas deixarem de entregar ao Credor qualquer documento necessário para o registro das Garantias e/ou seus aditamentos;
- (j) Recebimento, pelo Credor, de montante inferior a 83,33% (oitenta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do previsto de Recebíveis, apurado mensalmente pelo Servicer, nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Recebíveis, não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias contados da verificação, pelo Credor, do referido descasamento;
- (k) Observada a Cláusula 15.8 das CCB, se os cartórios de registro de títulos e documentos, não registrar(em) ou negar(em) a registrar qualquer um dos instrumentos das Garantias e/ou seus aditamentos, conforme aplicável, conforme prazos convencionados nos respectivos instrumentos de constituição e/ou aditamentos das Garantias;

(l) Se houver cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência para terceiros, no todo ou em parte, pela Devedora e/ou por qualquer dos Avalistas das obrigações decorrentes das CCB;

(m) Se a Devedora deixar de notificar o Credor sobre qualquer fato que venha a tomar conhecimento e que possa ocasionar a perda, oneração, desvalorização, anulação ou diminuição da integralidade das Garantias outorgadas, em substituição ou reforço conforme os prazos previstos nos instrumentos de constituição das Garantias, bem como do não atendimento do Índice de Cobertura Mínimo;

(n) Se a Devedora e/ou qualquer dos Avalistas deixarem de pagar qualquer tributo, encargo ou taxa devido sobre qualquer um dos bens móveis e/ou imóveis cedidos e/ou alienados fiduciariamente ao Credor, desde que referido descumprimento não seja sanado em até 30 (trinta) dias corridos da data em que a obrigação deveria ter sido cumprida;

(o) Se houver contratação de terceiros para condução de processo de renegociação de dívidas;

(p) Se houver distribuição e/ou pagamento pela Devedora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Devedora, exceto pelos dividendos obrigatórios do lucro líquido do exercício anterior, conforme previstos no artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ou nos termos do estatuto social da Devedora vigente, conforme o caso;

(q) Redução do capital social da Devedora sem anuência prévia e por escrito do Credor, exceto se comprovadamente para fins de absorção de prejuízos acumulados;

(r) Se não houver a entrega ao Credor e ao Agente Fiduciário, no prazo de até 110 (cento e dez) dias após o encerramento de cada exercício social, das demonstrações financeiras consolidadas da Devedora, devidamente auditadas por uma auditoria independente cadastrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e previamente aceita pelo Credor, em conjunto com o quadro das obras referentes aos Recebíveis das Unidades Autônomas, conforme Instrumentos de Compra e Venda descritos no Anexo I dos Contratos de Cessão Fiduciária;

(s) Se não houver a entrega ao Credor e ao Agente Fiduciário, trimestralmente, em até 20 (vinte) dias após o encerramento de cada trimestre, dos balancetes consolidados, da Devedora, sendo certo que o balancete anual deverá ser apresentado em até 20 (vinte) dias contados do recebimento, pela Devedora, da versão auditada do referido balancete; e

(t) Caso haja apontamento ou restrição cadastral no relatório SCR/Sisbacen da Devedora, a ser fornecido mensalmente ao Credor, não sanada em até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento de notificação pela Devedora, em valor individual ou agregado superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas;

“Fiduciários 214ª Série”:

A Embraed Edificações, a Embraed One, a Embraed Ilhas Marianas, a Embraed Santé, a Embraed 37 e a Embraed 64



- quando mencionadas em conjunto;
- “Fiduciantes 215ª Série”:** A Embraed Edificações, a Embraed One, a Embraed Ilhas Marianas, a Embraed Santé e a Embraed 64 quando mencionadas em conjunto;
- “Fiduciantes 216ª Série”:** A Embraed Edificações, a Embraed Ilhas Marianas, a Embraed 28, a Embraed Santé, a Embraed NK e a Embraed 64 quando mencionadas em conjunto;
- “Fiduciantes 217ª Série”:** A Embraed Edificações, a Embraed La Martina, a Embraed Ilhas Marianas, a Embraed Santé, a Embraed 37, a Embraed NK, a Embraed Brasil Two e a Embraed 64 quando mencionadas em conjunto;
- “Fiduciantes”:** As Fiduciantes 214 Série, Fiduciantes 215ª Série, Fiduciantes 216ª Série e Fiduciantes 217ª Série, quando mencionadas em conjunto;
- “Fundo de Despesas”:** Fundo de despesas a ser constituído nos termos do item 5.8 deste Termo de Securitização;
- “Garantias 214ª Série”:** A garantia pessoal prestada pelos Avalistas, nos termos da CB 214ª Série e a Cessão Fiduciária 214ª Série;
- “Garantias 215ª Série”:** A garantia pessoal prestada pelos Avalistas, nos termos da CB 215ª Série e a Cessão Fiduciária 215ª Série;
- “Garantias 216ª Série”:** A garantia pessoal prestada pelos Avalistas, nos termos da CB 216ª Série e a Cessão Fiduciária 216ª Série;



<u>“Garantias 217ª Série”</u> :	A garantia pessoal prestada pelos Avalistas, nos termos da CCB 217ª Série e a Cessão Fiduciária 217ª Série;
<u>“Garantias”</u> :	As Garantias 214ª Série, as Garantias 215ª Série, as Garantias 216ª Série e as Garantias 217ª Série quando mencionadas em conjunto;
<u>“Instrução CVM nº 400/03”</u> :	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
<u>“Instrução CVM nº 476/09”</u> :	Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
<u>“Instrução CVM nº 539/14”</u> :	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada;
<u>“Investidores”</u> ou <u>“Titulares dos CRI”</u> :	Os detentores dos CRI;
<u>“Investidores Profissionais”</u>	São os assim definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539/13, quais sejam: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539/13; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores



mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes.

“Investimentos Permitidos”:

Instrumentos financeiros de renda fixa com classificação de baixo risco e liquidez diária, de emissão de instituições financeiras de primeira linha, tais como títulos públicos, títulos e valores mobiliários e outros instrumentos financeiros de renda fixa de emissão de instituições financeiras de primeira linha e ou fundos de renda fixa classificados como DI, administrados por instituições financeiras de primeira linha;

“IPCA/IBGE”:

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

“Lei nº 9.514/97”:

Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, que regula o Sistema de Financiamento Imobiliário;

“Lei nº 10.931/04”:

Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada, que dispõe sobre a afetação de incorporações imobiliárias, letra de crédito imobiliário, cédula de crédito imobiliário, cédula de crédito bancário, altera o decreto-lei 911, de 1 de outubro de 1969, as leis 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências;

“Lei nº 11.101/05”:

Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária;



“ <u>Lei nº 12.431/11</u> ”:	Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada;
“ <u>Lei das Sociedades por Ações</u> ”:	A Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
“ <u>MDA</u> ”:	MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3;
“ <u>Obrigações Garantias 214ª Série</u> ”:	Todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora no âmbito da CCB 214ª Série, incluindo, mas não se limitando ao pagamento do valor de principal, atualizado pela atualização monetária, dos juros remuneratórios, bem como de todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Devedora por força da CCB 214ª Série, e a totalidade dos respectivos acessórios, tais como, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos termos da CCB 214ª Série, e todas as despesas e encargos no âmbito da cessão dos Créditos Imobiliários 214ª Série e emissão dos CRI 214ª Série, para manter e administrar o patrimônio separado da Emissão, incluindo, sem limitação, eventuais pagamentos derivados de: (a) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável; (b) qualquer custo ou despesa incorrido pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos; e (c) qualquer custo ou despesa incorrido para emissão e manutenção da CCI 214ª Série e dos CRI 214ª Série;



“Obrigações Garantias 215ª Série”:

Todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora no âmbito da CCB 215ª Série, incluindo, mas não se limitando ao pagamento do valor de principal, atualizado pela atualização monetária, dos juros remuneratórios, bem como de todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Devedora por força da CCB 215ª Série, e a totalidade dos respectivos acessórios, tais como, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos termos da CCB 215ª Série, e todas as despesas e encargos no âmbito da cessão dos Créditos Imobiliários 215ª Série e emissão dos CRI 215ª Série, para manter e administrar o patrimônio separado da Emissão, incluindo, sem limitação, eventuais pagamentos derivados de: (a) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável; (b) qualquer custo ou despesa incorrido pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos; e (c) qualquer custo ou despesa incorrido para emissão e manutenção da CCB 215ª Série e dos CRI 215ª Série;

“Obrigações Garantidas 216ª Série”:

Todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora no âmbito da CCB 216ª Série, incluindo, mas não se limitando ao pagamento do valor de principal, atualizado pela atualização monetária, dos juros remuneratórios, bem como de todos e

quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Devedora por força da CCB 216ª Série, e a totalidade dos respectivos acessórios, tais como, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos termos da CCB 216ª Série, e todas as despesas e encargos no âmbito da cessão dos Créditos Imobiliários 216ª Série e emissão dos CRI 216ª Série, para manter e administrar o patrimônio separado da Emissão, incluindo, sem limitação, eventuais pagamentos derivados de: (a) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável; (b) qualquer custo ou despesa incorrido pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos; e (c) qualquer custo ou despesa incorrido para emissão e manutenção da CCI 216ª Série e dos CRI 216ª Série;

“Obrigações Garantidas 217ª Série”:

Todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórios, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora no âmbito da CCB 217ª Série, incluindo, mas não se limitando ao pagamento do valor de principal, atualizado pela atualização monetária, dos juros remuneratórios, bem como de todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Devedora por força da CCB 217ª Série, e a totalidade dos respectivos acessórios, tais como, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos termos da CCB 217ª Série, e todas as despesas e encargos no âmbito da cessão dos Créditos Imobiliários 217ª Série e emissão



dos CRI 217ª Série, para manter e administrar o patrimônio separado da Emissão, incluindo, sem limitação, eventuais pagamentos derivados de: (a) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável; (b) qualquer custo ou despesa incorrido pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos; e (c) qualquer custo ou despesa incorrido para emissão e manutenção da CCI 217ª Série e dos CRI217ª Série;

“Obrigações Garantidas”:

As Obrigações Garantias 214ª Série, as Obrigações Garantias 215ª Série, as Obrigações Garantias 216ª Série e as Obrigações Garantias 217ª Série quando mencionadas em conjunto;

“Ônus” e o verbo correlato “Onerar”:

Significa (i) qualquer garantia (real ou fidejussória), cessão ou alienação fiduciária, penhora, bloqueio judicial, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, direitos e opções, assunção de compromisso, concessão de privilégio, preferência ou prioridade; (ii) qualquer outro ônus ou gravame, real ou não; ou (iii) qualquer promessa ou compromisso de realizar qualquer dos atos acima;

“Patrimônio Separado 214ª Série”:

A totalidade dos Créditos Imobiliários 214ª Série, respectivamente acessórios e as Garantias 2144ª Série, incluindo a Conta Centralizadora 214ª Série, submetidos ao Regime Fiduciário, que são destacados do patrimônio da Securitizadora, destinando-se exclusivamente à liquidação dos CRI 214ª Série, bem como ao pagamento dos respectivos custos de



administração e de obrigações fiscais, conforme art. 11 da Lei 9.514/97;

"Patrimônio Separado 215ª Série":

A totalidade dos Créditos Imobiliários 215ª Série, respectivos acessórios e as Garantias 215ª Série, incluindo a Conta Centralizadora 215ª Série, submetidos ao Regime Fiduciário, que são destacados do patrimônio da Securitizadora, destinando-se exclusivamente à liquidação dos CRI 215ª Série, bem como ao pagamento dos respectivos custos de administração e de obrigações fiscais, conforme art. 11 da Lei 9.514/97;

"Patrimônio Separado 216ª Série":

A totalidade dos Créditos Imobiliários 216ª Série, respectivos acessórios e as Garantias 216ª Série, incluindo a Conta Centralizadora 216ª Série, submetidos ao Regime Fiduciário, que são destacados do patrimônio da Securitizadora, destinando-se exclusivamente à liquidação dos CRI 216ª Série, bem como ao pagamento dos respectivos custos de administração e de obrigações fiscais, conforme art. 11 da Lei 9.514/97;

"Patrimônio Separado 217ª Série":

A totalidade dos Créditos Imobiliários 217ª Série, respectivos acessórios e as Garantias 217ª Série, incluindo a Conta Centralizadora 217ª Série, submetidos ao Regime Fiduciário, que são destacados do patrimônio da Securitizadora, destinando-se exclusivamente à liquidação dos CRI 217ª Série, bem como ao pagamento dos respectivos custos de administração e de obrigações fiscais, conforme art. 11 da Lei 9.514/97;

"Patrimônios Separados":

O Patrimônio Separado 214ª Série, Patrimônio Separado 215ª



Série, Patrimônio Separado 216ª Série e Patrimônio Separado 217ª Série, quando referidos em conjunto;

“Recebíveis 214ª Série”:

Nos termos da Cessão Fiduciária 214ª Série, são as obrigações dos Adquirentes, advindas dos Instrumentos de Compra e Venda, conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária 214ª Série, a saber: (i) realizar o pagamento do preço das Unidades Autônomas, mediante pagamentos sucessivos das prestações previstas, atualizados monetariamente pelos índices definidos nos respectivos Instrumentos de Compra e Venda, acrescidos dos juros remuneratórios, bem como (ii) arcar com todos os outros direitos creditórios em virtude dos Instrumentos de Compra e Venda, incluindo a totalidade dos acessórios, tais como encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos Instrumentos de Compra e Venda.

“Recebíveis 215ª Série”:

Nos termos da Cessão Fiduciária 215ª Série, são as obrigações dos Adquirentes, advindas dos Instrumentos de Compra e Venda, conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária 215ª Série, a saber: (i) realizar o pagamento do preço das Unidades Autônomas, mediante pagamentos sucessivos das prestações previstas, atualizados monetariamente pelos índices definidos nos respectivos Instrumentos de Compra e Venda, acrescidos dos juros remuneratórios, bem como (ii) arcar com todos os outros direitos creditórios em virtude dos Instrumentos de Compra e Venda, incluindo a totalidade dos acessórios, tais como encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos Instrumentos de Compra e



Venda.

“Recebíveis 216ª Série”:

Nos termos da Cessão Fiduciária 216ª Série, são as obrigações dos Adquirentes, advindas dos Instrumentos de Compra e Venda, conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária 216ª Série, a saber: (i) realizar o pagamento do preço das Unidades Autônomas, mediante pagamentos sucessivos das prestações previstas, atualizados monetariamente pelos índices definidos nos respectivos Instrumentos de Compra e Venda, acrescidos dos juros remuneratórios, bem como (ii) arcar com todos os outros direitos creditórios em virtude dos Instrumentos de Compra e Venda, incluindo a totalidade dos acessórios, tais como encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos Instrumentos de Compra e Venda.

“Recebíveis 217ª Série”:

Nos termos da Cessão Fiduciária 217ª Série, são as obrigações dos Adquirentes, advindas dos Instrumentos de Compra e Venda, conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária 217ª Série, a saber: (i) realizar o pagamento do preço das Unidades Autônomas, mediante pagamentos sucessivos das prestações previstas, atualizados monetariamente pelos índices definidos nos respectivos Instrumentos de Compra e Venda, acrescidos dos juros remuneratórios, bem como (ii) arcar com todos os outros direitos creditórios em virtude dos Instrumentos de Compra e Venda, incluindo a totalidade dos acessórios, tais como encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos Instrumentos de Compra e Venda.



- “Recebíveis”:** Os Recebíveis 214ª Série, Recebíveis 215ª Série, Recebíveis 216ª Série e Recebíveis 217ª Série, quando mencionados em conjunto.
- “Regime Fiduciário”:** O regime fiduciário instituído pela Emissora sobre cada um dos Créditos Imobiliários e as respectivas Garantias, incluindo a respectiva Conta Centralizadora, com a consequente constituição do respectivo Patrimônio Separado, na forma do artigo 9º e seguintes da Lei nº 9.514/97, até o pagamento integral dos CRI, isentando os bens e direitos integrantes do Patrimônio Separado de ações ou execuções de credores da Emissora, de forma que respondam exclusivamente pelas obrigações inerentes aos títulos a eles afetados;
- “Remuneração”:** A remuneração oriunda dos CRI, que consiste nas remunerações descritas na Cláusula 5.1, abaixo;
- “Resolução CVM nº 17/21”:** Resolução da CVM nº 17, de 09 de fevereiro de 2021, conforme em vigor;
- “Saldo Devedor das CCB”:** O Valor de Principal das CCB, atualizado monetariamente e acrescido da remuneração e juros remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a data da primeira integralização dos CRI ou da última data de pagamento da remuneração, bem como juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o somatório dos itens acima, acrescidos de multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento), além de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Devedora nos termos das CCB;



“Servicer”:

A CERTIFICADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, 213, conj. 42, Vila Olímpia, CEP 04551-010 e escritório na mesma cidade, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.600, conj. 142, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.761.956/0001-83.

“Valor de Cessão”:

O preço pela cessão dos Créditos Imobiliários, conforme estabelecido nos Contratos de Cessão, a ser pago pela Emissora à Devedora, na forma prevista nos Contratos de Cessão;

“Valor de Desembolso”

Significa cada valor desembolsado pela Securitizadora à Devedora, em razão da integralização dos CRI, nos termos das CCB;

“Valor de Principal”:

O valor de principal das CCB, correspondente a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo (i) R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) relativos à CCB 214ª Série; (ii) R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) relativos à CCB 215ª Série; (iii) R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) relativos à CCB 216ª Série; e (iv) R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) relativos à CCB 217ª Série.

CLÁUSULA SEGUNDA - SUMÁRIO DA ESTRUTURA DA EMISSÃO

2.1. Lastro dos CRI: Trata-se de emissão de CRI lastreados na totalidade dos Créditos Imobiliários, representados pela CCI.

2.2. Aquisição dos Créditos Imobiliários: A titularidade dos Créditos Imobiliários foi



adquirida pela Emissora mediante a celebração dos Contratos de Cessão.

2.3. Devedores: O devedor dos Créditos Imobiliários é a Devedora.

2.4. Origem dos Créditos Imobiliários: Os Créditos Imobiliários originaram-se nas CCB, no montante total de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)

2.5. Pagamento do Valor de Cessão: Nos termos estabelecidos nos Contratos de Cessão, o Valor de Cessão será pago na forma estabelecida no item 2.2.1 dos Contratos de Cessão, e será direcionado pela Emissora, por conta e ordem do Cedente, diretamente à Devedora, a título de desembolso dos recursos das CCB, na forma e prazos previstos nas CCB, observadas as retenções já autorizadas para fins de constituição do Fundo de Despesas e para o pagamento das despesas da Emissão.

2.6. Destinação dos Recursos pela Emissora: Os recursos obtidos com a subscrição e integralização dos CRI serão utilizados pela Emissora para o pagamento do Valor de Cessão, nos termos previstos no item 2.5, acima.

2.7. Destinação dos Recursos pela Devedora: Os recursos obtidos pela Devedora por meio da emissão das CCB serão utilizados exclusivamente para o desenvolvimento dos empreendimentos habitacionais descritos no Anexo X deste Termo de Securitização.

2.8. A Devedora deverá comprovar à Emissora e ao Agente Fiduciário o efetivo direcionamento do montante relativo aos Créditos Imobiliários, a cada final do semestre fiscal, a partir da Data de Emissão, até a Data de Vencimento Final ou até a comprovação de 100% de utilização dos referidos recursos, o que ocorrer primeiro, declaração no formato constante do Anexo IX, devidamente assinada por seus representantes legais, com descrição detalhada e exaustiva da destinação dos recursos, juntamente com (b) cronograma físico-financeiro, relatório de obras, acompanhadas, conforme o caso, de notas fiscais e de seus arquivos no formato "XML" de autenticação das notas fiscais, comprovantes de pagamentos e/ou demonstrativos contábeis que demonstrem a correta destinação dos recursos, atos societários



e demais documentos comprobatórios que a Interviente ou o Agente Fiduciário julgarem necessário para acompanhamento da utilização dos recursos (“Relatório de Verificação”); e (ii) sempre que razoavelmente solicitado por escrito pela Interviente e/ou pelo Agente Fiduciário, incluindo, sem limitação, para fins de atendimento a exigências de órgãos reguladores e fiscalizadores, em até 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da solicitação, ou em prazo menor conforme exigido pelo órgão regulador e fiscalizador competente, cópia dos contratos, notas fiscais, atos societários e demais documentos comprobatórios que julgar necessário para acompanhamento da utilização dos recursos, se assim solicitada.

2.9. Mediante o recebimento do Relatório de Verificação e dos demais documentos previstos na Cláusula 2.8 acima, o Agente Fiduciário deverá verificar, no mínimo a cada 6 (seis) meses, até a Data de Vencimento ou até que a totalidade dos recursos tenham sido utilizados, o efetivo direcionamento de todos os recursos obtidos por meio da emissão das CCB a partir dos documentos fornecidos nos termos da Cláusula 2.8 acima. Sem prejuízo do dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que as informações e os documentos encaminhados pela Devedora são verídicos e não foram objeto de fraude ou adulteração. Para evitar dúvidas, a primeira verificação será ao final do semestre fiscal encerrado em junho de 2021.

2.10. O Agente Fiduciário se compromete a emendar seus melhores esforços para obter a documentação necessária a fim de proceder com a verificação da destinação de recursos prevista na Cláusula 2.7. O descumprimento das obrigações da Devedora, inclusive acerca da destinação de recursos previstas nas CCB e refletidas neste instrumento, poderá resultar no vencimento antecipado das CCB.

2.11. Em caso de resgate antecipado decorrente do vencimento antecipado das CCB, a obrigação da Devedora de comprovar a utilização dos recursos na forma descrita nas CCB e refletida nas CCB, bem como a obrigação do Agente Fiduciário de acompanhar a destinação de recursos, com relação à verificação definida na Cláusula 2.9 acima, perdurarão até a Data de Vencimento ou até que a destinação da totalidade dos recursos seja integralmente comprovada, nos termos previstos nesta Cláusula.



2.12. A Devedora se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a indenizar a QI SCD, Interveniante, os Titulares de CRI e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) decorrentes incorrer em decorrência da utilização dos recursos oriundos das CCB de forma diversa da estabelecida na Cláusula 2.7 acima, exceto em caso de comprovada fraude, dolo ou má-fé da Emissora, dos Titulares de CRI ou do Agente Fiduciário. O valor da indenização prevista nesta Cláusula está limitado, em qualquer circunstância, ao valor total da emissão das CCB, acrescido (i) da remuneração das CCB, calculada pro rata temporis, desde a data de emissão das CCB ou a data de pagamento de remuneração das CCB imediatamente anterior, conforme o caso, até o efetivo pagamento; e (ii) dos encargos moratórios, conforme previstos nas CCB, caso aplicável.

2.13. Qualquer alteração na destinação de recursos das CCB, conforme descritos no Anexo III das CCB, deverá ser precedida de aditamento às CCB, ao Termo de Securitização, bem como a qualquer outro Documento da Operação que se faça necessário, a partir da Data de Emissão e até a destinação total dos recursos obtidos pela Devedora, caso haja quaisquer alterações dentro de tais períodos.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO E CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

3.1. Objeto: Por meio deste Termo, a Emissora vincula, em caráter irrevogável e irretratável, a totalidade dos Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, aos CRI objeto desta Emissão, cujas características são descritas na Cláusula Quarta abaixo.

3.2. Autorização: A presente Emissão foi autorizada pela Ata de Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 10 de janeiro de 2019, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em sessão de 22 de janeiro de 2019, sob o nº 47.719/19-9 e publicada no jornal "O Dia" nas edições de 25, 26, 27 e 28 de janeiro de 2019 e no jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo" na edição de 25 de janeiro de 2019.

3.3. Vinculação: A Emissora declara que, por meio deste Termo, foram vinculados a esta



Emissão os Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, de sua titularidade, com valor total de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, devidamente identificados no Anexo II a este Termo.

3.3.1 A subscrição direta dos Créditos Imobiliários na vinculação dos CRI, foi realizada nos termos da Instrução da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM nº 414/04”).

CLÁUSULA QUARTA - CARACTERÍSTICAS DOS CRI

4.1. Características dos CRI: Os CRI da presente Emissão, cujo lastro se constitui pelos Créditos Imobiliários, representados pela CCI, possuem as seguintes características:

1. Emissão: 4ª ;
2. Séries: 214ª; 215ª; 216ª e 217ª;
3. Quantidade de CRI: 50.000 (cinquenta mil), sendo R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) para cada Série;
4. Valor Global: R\$ 50.000.000,00
5. Valor Global da 214ª Série: R\$ 12.500.000,00;
6. Valor Global da 215ª Série: R\$ 12.500.000,00;
7. Valor Global da 216ª Série: R\$ 12.500.000,00;
8. Valor Global da 217ª Série: R\$ 12.500.000,00;
9. Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000,00 (mil reais);
10. Prazo da Emissão: 2.186 (dois mil cento e oitenta e seis) dias corridos, a contar da Data de Emissão;
11. Atualização Monetária: Mensal, pela variação acumulada do IPCA/IBGE, a partir da Data da Primeira Integralização dos CRI ou a partir da última data de aniversário das CCB, o que ocorrer por último, inclusive, até a próxima data de aniversário das CCB, exclusive;
12. Juros Remuneratórios: 7,00% (sete inteiros por cento) ao ano;



13. Periodicidade de Pagamento de Amortização e Juros Remuneratórios: O principal será amortizado de forma linear em parcelas mensais consecutivas a partir de 25 de abril de 2022, nos termos da tabela constante do Anexo I deste Termo;
14. Data de Pagamento de Amortização e Juros Remuneratórios: O primeiro pagamento será devido em 26 de abril de 2021 e o último na Data de Vencimento Final de cada série;
15. Regime Fiduciário: Sim;
16. Ambiente de Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira: B3;
17. Data de Emissão: 30 de março de 2021;
18. Data de Pagamento: Conforme disposto no Anexo I do Termo;
19. Local de Emissão: São Paulo – SP;
20. Data de Vencimento Final do CRI 214ª Série: 25 de março de 2027;
21. Data de Vencimento Final do CRI 215ª Série: 25 de março de 2027
22. Data de Vencimento Final do CRI 216ª Série: 25 de março de 2027;
23. Data de Vencimento Final do CRI 217ª Série: 25 de março de 2027;
24. Taxa de Amortização: Percentuais estipulados de acordo com a tabela de amortização constante do Anexo I do Termo;
25. Garantia flutuante: Não há;
26. Coobrigação da Emissora: Não
27. Classificação de risco: Não há.

4.2. Distribuição e Negociação: Os CRI desta Emissão serão depositados para distribuição no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da B3, e para negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente e os CRI custodiados eletronicamente através da B3.

4.3. Forma: Os CRI serão emitidos na forma nominativa e escritural. Neste sentido, para todos os fins de direito, a titularidade dos CRI será comprovada pelo extrato em nome de cada titular e emitido pela B3, quando os CRI estiverem custodiados eletronicamente na B3 e, adicionalmente, os extratos emitidos pelo Escriturador com base nas informações prestadas pela B3, quando os CRI estiverem custodiados eletronicamente na B3.



4.4. Prorrogação de Prazos: Considerar-se-ão prorrogados, até o próximo Dia Útil, os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária, pelas Partes, se o vencimento não coincidir com um Dia Útil.

4.4.1. Sempre que necessário, os prazos de pagamento de quaisquer obrigações referentes aos CRI devidas no mês em questão serão prorrogados, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, pelo número de dias necessários para assegurar que entre o recebimento dos Créditos Imobiliários pela Emissora e o pagamento de suas obrigações referentes aos CRI sempre decorra 2 (dois) Dias Úteis, com exceção do vencimento.

4.4.2. A prorrogação prevista no subitem 4.4.1, acima, se justifica em virtude da necessidade de haver um intervalo de pelo menos 2 (dois) Dias Úteis entre o recebimento dos Créditos Imobiliários pela Emissora e o pagamento de suas obrigações referentes aos CRI.

4.5. Impontualidade no Pagamento: Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Titulares dos CRI, desde que os Créditos Imobiliários tenham sido pagos e desde que a impontualidade não seja decorrente de algum fator exógeno que fuja ao controle da Emissora, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados e acrescidos da respectiva remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA QUINTA - DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO, DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DA AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA



5.1. Atualização monetária dos CRI: o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI, conforme o caso, será atualizado monetariamente, pela variação acumulada do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), apurado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), (“Atualização Monetária dos CRI”) a partir da Data da Primeira Integralização dos CRI ou a partir da última data de aniversário da CCB, o que ocorrer por último, inclusive, até a próxima data de aniversário da CCB, exclusive (“Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI”).

5.1.1. A Atualização Monetária dos CRI será calculada *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos a partir da Data da Primeira Integralização, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNb \times C$$

VNa = Valor Nominal Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNb = Valor Nominal, na Data da Primeira Integralização, ou Valor Nominal da data da última amortização ou incorporação de juros, se houver, o que ocorrer por último, calculado/informado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária dos CRI, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = Número índice do IPCA/IBGE referente ao segundo mês imediatamente anterior ao mês da Data de Pagamento da Cédula;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a Data da Primeira Integralização ou a última data de aniversário dos CRI, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo “dup” um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contados entre a última, inclusive, e a próxima, exclusive, data de aniversário dos CRI, sendo “dut” um número inteiro.

Observações:

- I. O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;
- II. Considera-se “data de aniversário” todo dia 25 (vinte e cinco) de cada mês; caso a referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente;
- III. Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;
- IV. O fator resultante da expressão $[NI(k)/NI(k-1)]$ (dup/dut) é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



- V. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento; e
- VI. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* do último Dia Útil anterior.

5.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por mais de 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA"), ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade do IPCA aos CRI, por disposição legal ou determinação judicial, será utilizado seu substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do final do Período de Ausência do IPCA ou da data da impossibilidade de aplicação do IPCA, conforme o caso, convocar Assembleia Geral dos Titulares dos CRI, na forma e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e neste Termo de Securitização, conforme Cláusula Dezesesseis abaixo, para os Titulares dos CRI definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá observar a regulamentação aplicável e refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Termo de Securitização, as projeções ANBIMA para o IPCA, coletadas junto ao Grupo Consultivo Permanente Macroeconômico da ANBIMA, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da emissora quanto pelos Titulares dos CRI, quando da divulgação posterior do IPCA.

5.1.3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Titulares dos CRI, referida assembleia não será mais realizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo do Valor Nominal Unitário atualizado dos CRI, desde o dia de sua indisponibilidade.

5.1.4. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e os Titulares dos CRI, ocorrerá o resgate antecipado da totalidade dos CRI em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data e realização da respectiva Assembleia Geral de Titulares dos CRI, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados *pro rata temporis* desde a data de início da rentabilidade ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios dos CRI imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

5.1.5. Para cálculo dos Juros Remuneratórios dos CRI a serem resgatados e, conseqüentemente, canceladas, para cada dia do período de ausência do IPCA, serão utilizadas as projeções ANBIMA para o IPCA, coletadas junto ao Grupo Consultivo Permanente Macroeconômico da ANBIMA.

5.2. Remuneração dos CRI

5.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI, incidirão Juros Remuneratórios correspondentes a 7,00% (sete inteiros por cento) ao ano, capitalizados mensalmente, de forma exponencial *pro-rata temporis*, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a data da primeira integralização dos CRI, ou a Data de Pagamento das CCB imediatamente anterior, o que ocorrer primeiro, até o vencimento de cada parcela (“Juros Remuneratórios”)

5.2.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios dos CRI obedecerá a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times [FatorJuros - 1]$$

onde:

J = Valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada período de capitalização dos CRI, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



VNa = conforme definido acima;

FatorJuros = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator\ Juros = \left[\left(\frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

i = 7,00 (sete inteiros);

DP = Número de Dias Úteis entre a data da primeira integralização ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

5.2.3. Considera-se período de capitalização o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira integralização (inclusive) e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido (exclusive), e para o demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive) e termina na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios subsequente (exclusive). Cada período de capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a data de vencimento.

5.2.4. Pagamento dos Juros Remuneratórios

5.2.4.1. Sem prejuízo da liquidação antecipada decorrente de resgate antecipado, da amortização antecipada e/ou do vencimento antecipado das obrigações



decorrentes dos CRI, nos termos previstos neste Termo de Securitização, os Juros Remuneratórios serão pagos mensalmente, conforme tabela constante no Anexo I, sendo o primeiro pagamento em 25 de abril de 2021 e o último na Data de Vencimento, (cada uma das datas é definida como “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

5.2.4.2. Farão jus aos pagamentos dos CRI aqueles que sejam Titulares dos CRI ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento previsto neste Termo de Securitização.

5.3. Cálculo da Amortização Extraordinária Programada: Mensalmente, a partir da primeira parcela de juros remuneratórios, inclusive, caso seja verificada a variação positiva do IPCA/IBGE nas respectivas Datas de Aniversário, o saldo devedor atualizado dos CRI será amortizado extraordinariamente, conforme fórmula abaixo.

$$AE = VN (C - 1)$$

onde:

AE = Valor Unitário da Amortização Extraordinária Obrigatório;

VN = conforme definido acima; e

C = Fator de variação acumulada do IPCA/IBGE, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

5.4. Cálculo da Amortização: As parcelas de amortização do Valor do Principal Atualizado serão calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$AM_i = VN_a \times Tai, \text{ onde:}$$

AM_i = Valor unitário da i -ésima parcela de amortização. Valor em reais, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = conforme definido acima; e

TA_i = Taxa de Amortização i -ésima, expressa em percentual, com 4 (quatro) casas decimais de acordo com a tabela atual de amortização constantes do Anexo I das CCB.

5.4.1. Após cada parcela de amortização, o “Valor Nominal Unitário Remanescente” é calculado da seguinte forma:

$$SD_r = SD_a - AM_i, \text{ onde:}$$

SD_r = Valor Nominal Unitário Remanescente após a i -ésima amortização, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

SD_a = conforme definido acima; e

AM_i = Valor da i -ésima parcela de amortização, em reais, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

5.4.2. Após o pagamento da i -ésima parcela de amortização, SD_r assume o lugar de SD_b para efeito de continuidade de atualização.

5.4.3. A tabela de amortização, inicialmente, será aquela constante do Anexo I deste Termo de Securitização e poderá ser alterada pela Emissora para refletir eventuais alterações nos fluxos de amortização dos CRI.

5.4.4. Em caso de alteração da tabela de amortização, a Emissora deverá disponibilizar à B3 e ao Agente Fiduciário os novos fluxos de pagamento dos CRI, por meio físico ou



eletrônico, na forma prevista neste Termo, observado o disposto na cláusula 8.1.3 abaixo.

5.4.5. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações referentes aos CRI, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

5.5. Local de Pagamento: Os pagamentos dos CRI serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, para os CRI que estejam custodiados eletronicamente na B3. Caso por qualquer razão, qualquer um dos CRI não esteja custodiado eletronicamente na B3, na data de seu pagamento, a Emissora deixará, em sua sede, o respectivo pagamento à disposição do respectivo Titular dos CRI. Nesta hipótese, a partir da referida data de pagamento, não haverá qualquer tipo de encargos moratórios e/ou remuneração sobre o valor colocado à disposição do Titular dos CRI na sede da Emissora.

5.6. Prioridade de Pagamentos: Os Créditos Imobiliários observarão a seguinte ordem de prioridade nos pagamentos, de forma que cada item somente será pago caso haja recursos disponíveis após o cumprimento do item anterior:

- a) Despesas do Patrimônio Separado incorridas e não pagas até a data da amortização mensal;
- b) Encargos Moratórios eventualmente incorridos;
- c) Pagamento da Remuneração dos CRI:
 - (i) Juros capitalizados em meses anteriores e não pagos; e
 - (ii) Juros vencidos no respectivo mês de pagamento.



- d) Pagamento da Amortização de Principal dos CRI, conforme tabela vigente, e encargos moratórios eventualmente incorridos; e
- e) Recomposição do Fundo de Despesas, quando aplicável.

5.5.1. Os CRI não serão considerados, em nenhuma hipótese, inadimplidos quando amortizados de acordo com a tabela de amortização vigente para os CRI à época.

5.5.2. Na ocorrência de quaisquer antecipações dos Créditos Imobiliários, os recursos recebidos em razão das antecipações dos Créditos Imobiliários, após o atendimento da Prioridade de Pagamentos, prevista acima, serão devidos aos Titulares dos CRI na forma de pagamento da amortização de principal.

5.6. Regime Fiduciário: Será instituído Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula Nona abaixo.

5.8. Fundo de Despesas: Nos termos previstos no item 8.1. e seguintes das CCB, a Devedora autorizou a Emissora a reter em cada Conta Centralizadora, do Valor de Cessão, o montante de R\$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ("Fundo de Despesas"), para o pagamento das despesas ordinárias vinculadas à emissão dos CRI, conforme relação de despesas constantes do item 11.1 deste Termo ("Despesas Recorrentes") e de eventuais despesas extraordinárias futuras, observadas as disposições a seguir:

a) Na hipótese de, a qualquer momento durante a vigência dos CRI, o montante de recursos existentes no Fundo de Despesas vir a ser inferior ao montante comprovadamente necessário para garantir o pagamento das Despesas Recorrentes, presentes e futuras, a Emissora deverá notificar a Devedora para que estas realizem o depósito do valor correspondente à diferença entre o saldo existente no Fundo de Despesas e o necessário para garantir o pagamento das despesas recorrentes, presentes e futuras, estando a Devedora obrigadas a realizar tal depósito no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de tal notificação.



b) Caso após a quitação integral dos Créditos Imobiliários e de todas e quaisquer despesas que tenham incorrido na operação sobejem recursos na respectiva Conta Centralizadora, a Emissora estará obrigada a devolver tais recursos à Devedora.

c) Os recursos mantidos no Fundo de Despesas serão investidos pela Emissora em Investimentos Permitidos.

d) Os recursos oriundos dos rendimentos auferidos com tais investimentos integrarão o Patrimônio Separado, contabilizados sobre o Fundo de Despesas, conforme o caso. A Emissora não terá qualquer responsabilidade com relação a quaisquer eventuais prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas resultantes das aplicações em tais investimentos, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por demoras (não resultante de transgressão deliberada) no investimento, reinvestimento ou liquidação dos referidos investimentos, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, salvo quando referidos prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas resultantes das aplicações em Investimento Permitidos sejam oriundos de conduta dolosa ou culposa da Emissora.

CLÁUSULA SEXTA - FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DOS CRI

6.1. Os CRI serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sendo a distribuição realizada pela Securitizadora, na forma do artigo 9 da Instrução CVM 414.

6.1.1. A Oferta restrita será realizada diretamente pela Emissora, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 414, e, em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 476/09, os CRI desta Emissão serão ofertados a, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais e subscritos ou adquiridos por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais. A Emissora deverá manter lista contendo (i) o nome das



pessoas procuradas; (ii) o número do CPF/ME, o CNPJ/ME; (iii) a data em que foram procuradas; e (iv) a sua decisão em relação à Oferta.

6.1.2. Os CRI desta Emissão serão subscritos e integralizados em moeda corrente nacional à vista, no ato da subscrição, pelos Investidores Profissionais, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da atualização monetária e dos Juros Remuneratórios a partir da data da primeira integralização, sendo admitido, inclusive, ágio ou deságio no momento da sua subscrição e integralização, desde que aplicados em igualdade de condições a todos os investidores devendo os Investidores Profissionais, por ocasião da subscrição, fornecer, por escrito, declaração nos moldes constantes do Boletim de Subscrição, atestando que estão cientes de que:

- a) a oferta dos CRI não foi registrada na CVM; e
- b) os CRI ofertados estão sujeitos às restrições de negociação previstas na Instrução CVM nº 476/09.

6.1.3. Ademais, os Investidores Profissionais deverão fornecer, por escrito, declaração, atestando sua condição de investidor profissional, nos termos definidos neste Termo.

6.1.4. A primeira integralização dos CRI ocorrerá mediante atendimento das Condições Precedentes previstas nos Contratos de Cessão.

6.2. Cabe à Emissora informar à CVM, em conformidade com o artigo 7º-A da Instrução CVM 476, o início da Oferta, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da primeira procura à potenciais Investidores Profissionais, devendo referida comunicação ser encaminhada por intermédio da página de CVM na rede mundial de computadores e conter as informações indicadas no artigo 7º-A da Instrução CVM 476.

6.3. Em conformidade com o artigo 8º da Instrução CVM nº 476/09, o encerramento da oferta dos CRI deverá ser informado pelo Emissora à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias contados



do seu encerramento, devendo referida comunicação ser encaminhada por intermédio da página da CVM na rede mundial de computadores, exceto se outra forma vier a ser definida pela CVM, e conter as informações indicadas no Anexo 8 da Instrução CVM nº 476/09.

6.4. Caso a oferta pública dos CRI não seja encerrada dentro de 6 (seis) meses da data de seu início, a Emissora deverá realizar a comunicação prevista item 6.3 acima, com os dados disponíveis à época, complementando-a semestralmente, até o seu encerramento.

6.5. Os CRI somente poderão ser negociados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição dos CRI pelo respectivo investidor profissional, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476, condicionado à observância do cumprimento, pela Emissora, das obrigações constantes no artigo 17 de Instrução CVM nº 476.

6.6. Os CRI somente poderão ser negociados entre Investidores Profissionais, a menos que a Emissora obtenha o registro de oferta pública dos CRI perante a CVM, nos termos do caput do artigo 21 da Lei nº 6.385/76 e da Instrução CVM nº 400/03 e apresente prospecto da oferta à CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

6.7. Tendo em vista tratar-se de oferta pública distribuída com esforços restritos, a Oferta não será registrada junto à CVM, nos termos da instrução CVM 476. A Emissão poderá ser registrada na ANBIMA, de acordo com o Código Anbima, exclusivamente para fins de informação do banco de dados.

6.8. Os recursos obtidos com a subscrição e integralização dos CRI serão utilizados pela Emissora exclusivamente para o pagamento à Cedente do Valor da Cessão, descontados os valores de determinadas despesas, na forma prevista nos Contratos de Cessão.

6.9. Regime de Distribuição: Os CRI da presente Emissão, ofertados nos termos da oferta restrita, sob regime de melhores esforços de colocação, somente poderão ser negociados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da



data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais.

6.9.1. Observadas as restrições de negociação acima, os CRI da presente Emissão somente poderão ser negociados entre Investidores Profissionais, a menos que a Emissora obtenha o registro de oferta pública perante a CVM nos termos do caput do artigo 21 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme em vigor, e apresente prospecto da referida oferta à CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

6.10. Local de Negociação: Observado o item 6.2 acima, os CRI poderão ser negociados nos mercados de balcão organizado, devendo a Emissora cumprir o disposto no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIAS

7.1. Garantias: Os Créditos Imobiliários, representados integralmente pela CCI, contarão com as seguintes garantias, constituídas e a serem constituídas:

214 Série:

- (i) A garantia pessoal prestada pelos Avalistas, nos termos da CCB 214ª Série; e
- (ii) Cessão Fiduciária 214ª Série.

215ª Série:

- (i) A garantia pessoal prestada pelos Avalistas, nos termos da CCB 215ª Série; e
- (ii) Cessão Fiduciária 215ª Série.

216ª Série:

- (i) A garantia pessoal prestada pelos Avalistas, nos termos da CCB 216ª Série; e



- (ii) Cessão Fiduciária 216ª Série.

217ª Série:

- (i) A garantia pessoal prestada pelos Avalistas, nos termos da CCB 217ª Série; e
- (ii) Cessão Fiduciária 217ª Série.

7.1.1 Aval: Em garantia do pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, além da garantia das Cessões Fiduciárias, os Avalistas prestam Aval em favor da Emissora (“Aval”), obrigando-se solidariamente entre si, como Avalistas e principais pagadores de todos os valores devidos nos termos deste Termo de Securitização e das CCB, nos termos descritos a seguir.

7.1.1.1 As Obrigações Garantidas serão pagas pelos Avalistas no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados a partir de comunicação por escrito enviada pela Emissora aos Avalistas informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização e das CCB, ou seja, das Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Titulares de CRIs a título de principal, Remuneração, Encargos Moratórios ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelos Avalistas de acordo com os procedimentos estabelecidos na CCB, fora do ambiente da B3.

7.1.1.2 O Aval entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

7.1.1.3 O Aval poderá ser excutida e exigida pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

7.1.1.4 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Titulares de CRIs não ensejará, sob hipótese alguma, perda de quaisquer direitos ou prerrogativas dos Titulares de CRIs previstos neste Termo de Securitização.

7.1.1.5 Os cônjuges anuentes compareceram na CCB para anuir com ao Aval prestada pelos Avalistas, em atendimento ao artigo 1.647 do Código Civil, nada tendo a reclamar acerca da garantia prestada e seus termos a qualquer tempo.

7.1.1.6 Os Avalistas deverão enviar, caso seja solicitado pelo Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias corridos contados da solicitação, ao Agente Fiduciário, cópia digitalizada dos informes de Imposto de Renda Pessoa Física – Receita Federal (“IR”), referente ao último ano fiscal, para fins de verificação e suficiência das garantias outorgadas no âmbito das CCB, nos termos da Resolução CVM nº 17/21. As informações contidas nos IR são sigilosas e não poderão ser repassadas em qualquer hipótese pelo Agente Fiduciário, exceto, se decorrer de solicitação de órgão regulador e/ou por força de lei vigente.

7.1.2 Cessões Fiduciárias: Ainda em garantia do fiel e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, as Fiduciantes e a Devedora constituirão, em favor da Securitizadora, as Cessões Fiduciárias, de acordo com o previsto nos Contratos de Cessão Fiduciária, através do qual será feita a cessão fiduciária dos Recebíveis, presentes e futuros, titulados pelas Fiduciantes em relação à totalidade das Unidades Autônomas, conforme Instrumentos de Compra e Venda descritos no Anexo I dos Contratos de Cessão Fiduciária.

7.2. Ordem das Garantias: As Garantias, uma vez constituídas, garantem o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, podendo a Emissora e ou o Agente Fiduciário executá-las individualmente ou em conjunto, independentemente da ordem de nomeação,



sendo certo que a excussão de qualquer das garantias não prejudicará, nem impedirá a excussão das demais.

7.3. Administração dos Créditos Imobiliários: As atividades relacionadas à administração ordinária e cobrança, judicial e extrajudicial, dos Créditos Imobiliários serão exercidas pela Emissora, arcando a Devedora com todos os custos e despesas operacionais para a referida cobrança, inclusive com os custos de emissão de boletos para pagamento dos Créditos Imobiliários na Conta Centralizadora e todas as taxas e tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os recursos mantidos na Conta Centralizadora e para a manutenção da referida conta.

7.3.1. Nas datas de vencimento das CCB e após a realização do pagamento ordinário das CCB, caso sobeje recursos na Conta Centralizadora, decorrentes dos Créditos Imobiliários, descontadas as despesas do Patrimônio Separado dos CRI para o mês de referência, a Emissora deverá utilizar tais recursos para realização da Amortização Extraordinária Obrigatória proporcional das CCB e conseqüentemente a amortização extraordinária dos CRI;

7.5.2. Mensalmente a Emissora fará o levantamento dos recursos decorrentes do pagamento dos Créditos Imobiliários na Conta Centralizadora em até 05 (cinco) dias corridos imediatamente anteriores a Data de Pagamento de cada mês ("Data de Verificação"). Caso não haja recursos suficientes na Conta Centralizadora, para a realização do pagamento da dívida representada pelas CCB em cada Data de Verificação, a Devedora será notificada na Data de Verificação pela Emissora para aportar recursos na Conta Centralizadora, até a Data de Pagamento do respectivo mês conforme as datas informadas no Cronograma de Pagamentos.

CLÁUSULA OITAVA - AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E RESGATE ANTECIPADO DOS CRI

8.1. Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado Total dos CRI: A Emissora deverá promover a amortização extraordinária parcial dos CRI, proporcionalmente a seu Valor



Nominal Unitário Atualizado, limitada a 98% (noventa e oito por cento), ou o resgate antecipado total dos CRI (“Resgate Antecipado”), sempre que houver Amortização Extraordinária Obrigatória, ou Amortização Extraordinária Facultativa, ou Vencimento Antecipado.

8.1.1. Em caso de resgate antecipado dos CRI em virtude de configuração de um Evento de Vencimento Antecipado, a Devedora e/ou os Avalistas pagarão à Emissora o Saldo Devedor das CCB no prazo estabelecido nas CCB, e a Emissora resgatará a totalidade dos CRI desde que recebidos os recursos oriundos do pagamento do Saldo Devedor das CCB.

8.1.2. A Emissora utilizará os valores recebidos na hipótese do subitem 8.1.1. acima para promover o resgate antecipado total dos CRI vinculados ao presente Termo. Neste caso, a Emissora deverá informar aos Titulares dos CRI, com cópia ao Agente Fiduciário e à B3, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data do pagamento, comunicando o evento que ensejará o resgate antecipado.

8.1.3. Os recursos recebidos pela Emissora, no respectivo mês de arrecadação dos Créditos Imobiliários (“Mês de Referência”), em decorrência desses eventos, serão utilizados pela Emissora no próximo mês, preferencialmente na próxima data de pagamento prevista na tabela vigente, observada a ordem de prioridade de pagamentos (na forma definida no item 5.6 acima).

8.2. Amortização Antecipada Facultativa: O pagamento antecipado parcial dos CRI é permitido nos seguintes casos (“Amortização Antecipada Facultativa”):

- (i) se estiver em consonância com os termos da Resolução 3.401, de 06 de setembro de 2006, conforme alterada, do Conselho Monetário Nacional, e desde que o Credor receba um DOC, TED ou Ordem de Pagamento, realizado por instituições financeiras; ou

(ii) a partir do 8º (oitavo) mês, respeitado um limite máximo de 1 (uma) Amortização Antecipada Facultativa a cada 4 (quatro) meses e um montante correspondente a, no máximo, 20% (vinte por cento) do Saldo Devedor em um mesmo período de 12 (doze) meses, acrescido da Atualização Monetária e Juros Remuneratórios nos termos da Cláusula 2 das CCB, contados da data de liberação dos recursos das CCB (ou da data de último pagamento de juros sobre o saldo devedor, o que ocorrer por último) até a data da respectiva liquidação das CCB (“Valor de Amortização Antecipada Facultativa”), acrescido de prêmio de pré-pagamento correspondente a 2% (dois por cento) incidente sobre o Valor de Amortização Antecipada Facultativa. As Partes pactuam, de pleno e comum acordo, o mencionado prêmio de pré-pagamento em favor do Credor, tendo em vista que o prazo das obrigações da Devedora decorrente das CCB foi estabelecido no interesse da Devedora e do Credor, de forma que o pagamento antecipado pela Devedora constitui cumprimento da obrigação fora do prazo.

8.2.1. A Amortização Antecipada Facultativa somente será realizada em uma Data de Pagamento, mediante envio de comunicação individual ao Credor, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRI, com 45 (quarenta e cinco) dias corridos de antecedência da data em que se pretende realizar a efetiva Amortização Antecipada Facultativa (“Comunicação de Resgate”), sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data de realização da Amortização Antecipada Facultativa, que deverá ser sempre em uma Data de Pagamento; (b) o valor a ser pago ao Credor, o qual deverá ser calculado conforme item 8.2 acima; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Antecipada Facultativa.

CLÁUSULA NONA - REGIME FIDUCIÁRIO

9.1. Regime Fiduciário: Na forma do artigo 9º da Lei nº 9.514/97, a Emissora institui, em caráter irrevogável e irretratável, Regime Fiduciário sobre (i) os Créditos Imobiliários 214ª Série, bem como sobre quaisquer valores depositados na Conta Centralizadora 214ª Série; (ii) os Créditos Imobiliários 215ª Série, bem como sobre quaisquer valores depositados na Conta



Centralizadora 215ª Série; (iii) os Créditos Imobiliários 216ª Série, bem como sobre quaisquer valores depositados na Conta Centralizadora 216ª Série; (iv) os Créditos Imobiliários 217ª Série, bem como sobre quaisquer valores depositados na Conta Centralizadora 217ª Série e Garantias constituindo referidos Créditos Imobiliários lastro para a presente Emissão de CRI.

(i) Os Créditos Imobiliários, objeto dos Patrimônios Separados, sujeitos ao Regime Fiduciário ora instituído, são destacados do patrimônio da Emissora e passam a constituir patrimônio distinto, que não se confunde com o da Emissora, destinando-se especificamente ao pagamento dos CRI e das demais obrigações relativas aos Patrimônios Separados, e manter-se-ão apartados entre si e do patrimônio da Emissora até que se complete o resgate de todos os CRI a que estejam afetados, nos termos do artigo 11 da Lei 9.514.

i. (i) O Patrimônio Separado 214ª Série será composto pelos Créditos Imobiliários Créditos Imobiliários 214ª Série, bem como sobre quaisquer valores depositados na Conta Centralizadora 214ª Série; (ii) O Patrimônio Separado 215ª Série será composto pelos Créditos Imobiliários Créditos Imobiliários 215ª Série, bem como sobre quaisquer valores depositados na Conta Centralizadora 215ª Série; (iii) Patrimônio Separado 216ª Série será composto pelos Créditos Imobiliários Créditos Imobiliários 216ª Série, bem como sobre quaisquer valores depositados na Conta Centralizadora 216ª Série; (iv) O Patrimônio Separado 217ª Série será composto pelos Créditos Imobiliários Créditos Imobiliários 217ª Série, bem como sobre quaisquer valores depositados na Conta Centralizadora 217ª Série

ii. Exceto nos casos previstos em legislação específica, em nenhuma hipótese os Titulares de CRI terão o direito de haver seus créditos contra o patrimônio da Emissora, sendo sua realização limitada à liquidação dos Patrimônios Separados.

iii. A insuficiência dos bens dos Patrimônios Separados em razão dos eventos descritos na Cláusula 10.2 abaixo não dará causa à declaração de sua quebra, cabendo, nessa hipótese, ao Agente Fiduciário convocar Assembleia Geral dos Titulares de CRI 214ª, 215ª, 216ª e/ou 217ª Séries, conforme o caso, para deliberar sobre as normas de administração ou liquidação do respectivo Patrimônio Separado.

(ii) Os créditos do Patrimônio Separado 214ª Série: (i) responderão pelas obrigações inerentes aos CRI 214ª Série e pelo pagamento das despesas de administração do Patrimônio



Separado 214ª Série e respectivos custos e obrigações fiscais, conforme previsto neste Termo de Securitização; (ii) estão isentos de qualquer ação ou execução de outros credores da Emissora que não sejam os Titulares de CRI 214ª Série; e (iii) não são passíveis de constituição de outras garantias ou excussão, por mais privilegiadas que sejam, exceto conforme previsto neste Termo de Securitização.

(iii) Os créditos do Patrimônio Separado 215ª Série. (i) responderão pelas obrigações inerentes aos CRI 215ª Série e pelo pagamento das despesas de administração do Patrimônio Separado 215ª Série e respectivos custos e obrigações fiscais, conforme previsto neste Termo de Securitização; (ii) estão isentos de qualquer ação ou execução de outros credores da Emissora que não sejam os Titulares de CRI 215ª Série; e (iii) não são passíveis de constituição de outras garantias ou excussão, por mais privilegiadas que sejam, exceto conforme previsto neste Termo de Securitização.

(iv) Os créditos do Patrimônio Separado 216ª Série. (i) responderão pelas obrigações inerentes aos CRI 216ª Série e pelo pagamento das despesas de administração do Patrimônio Separado 216ª Série e respectivos custos e obrigações fiscais, conforme previsto neste Termo de Securitização; (ii) estão isentos de qualquer ação ou execução de outros credores da Emissora que não sejam os Titulares de CRI 216ª Série; e (iii) não são passíveis de constituição de outras garantias ou excussão, por mais privilegiadas que sejam, exceto conforme previsto neste Termo de Securitização.

(v) Os créditos do Patrimônio Separado 217ª Série. (i) responderão pelas obrigações inerentes aos CRI 217ª Série e pelo pagamento das despesas de administração do Patrimônio Separado 217ª Série e respectivos custos e obrigações fiscais, conforme previsto neste Termo de Securitização; (ii) estão isentos de qualquer ação ou execução de outros credores da Emissora que não sejam os Titulares de CRI 217ª Série; e (iii) não são passíveis de constituição de outras garantias ou excussão, por mais privilegiadas que sejam, exceto conforme previsto neste Termo de Securitização.

(vi) Todos os recursos oriundos dos créditos dos Patrimônios Separados que estejam depositados em contas correntes de titularidade da Emissora deverão ser aplicados em Investimentos Permitidos, sendo vedada a aplicação em qualquer instrumento que não seja um Investimento Permitido.



(vii) O presente Termo de Securitização, seus respectivos anexos e eventuais aditamentos serão registrados para custódia no Custodiante em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua celebração, devendo a Emissora, portanto, entregar ao Custodiante 1 (uma) via original deste Termo de Securitização e de eventuais aditamentos, observado o Contrato de Custódia, ocasiões nas quais devem ser emitidas declarações na forma prevista no Anexo VII ao presente Termo de Securitização pelo Custodiante.

(viii) Administração dos Patrimônios Separados: Observado o disposto nesta Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a Emissora, em conformidade com as Leis 9.514 e 11.076: (i) administrará os Patrimônios Separados instituídos para os fins desta Emissão; (ii) promoverá as diligências necessárias à manutenção de sua regularidade; (iii) manterá o registro contábil independentemente do restante de seu patrimônio; e (iv) elaborará e publicará as respectivas demonstrações financeiras.

i. A Emissora somente responderá pelos prejuízos que causar por culpa, dolo, descumprimento de disposição legal ou regulamentar, negligência, imprudência, imperícia ou administração temerária ou, ainda, por desvio de finalidade dos Patrimônios Separados.

ii. A Emissora, ou qualquer empresa de seu grupo econômico, fará jus ao recebimento da Taxa de Administração, calculada pro rata die se necessário.

iii. A Taxa de Administração será custeada diretamente pela Devedora, e será paga mensalmente, no mesmo dia da Data de Emissão dos CRI dos meses subsequentes, mediante utilização dos recursos do Fundo de Despesas. Caso a Devedora não efetue os pagamentos devidos, os Titulares de CRI, conforme o caso, arcarão com a respectiva Taxa de Administração, ressalvado o direito dos Titulares de CRI de em um segundo momento se reembolsarem com a Devedora.

iv. A Taxa de Administração será acrescida dos valores dos tributos que incidem sobre a prestação desses serviços (pagamento com gross up), tais como: (i) ISS, (ii) PIS; e (iii) COFINS, excetuando-se o imposto de renda de responsabilidade da fonte pagadora, bem como outros tributos que venham a incidir sobre a Taxa de Administração, sendo certo que serão acrescidos aos pagamentos valores adicionais, de modo que a Emissora receba os mesmos valores que seriam recebidos caso nenhum dos impostos elencados nesta Cláusula fosse incidente.



v. Os Patrimônios Separados ressarcirão a Emissora, ou qualquer empresa de seu grupo econômico, despesas razoáveis e comprovadamente incorridas no exercício de suas funções, relacionadas a contratação de especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, ou assessoria legal aos Titulares de CRI, e formador de mercado. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a efetivação comprovada da despesa em questão.

vi. A Emissora será responsável, no limite dos Patrimônios Separados, perante os titulares dos CRI, pelo ressarcimento do valor dos Patrimônios Separados que houver sido atingido em decorrência de ações judiciais ou administrativas de natureza fiscal ou trabalhista da Emissora ou de sociedades do seu mesmo grupo econômico, no caso de aplicação do artigo 76 da Medida Provisória 2.158-35.

9.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação dos Patrimônios Separados, conforme listados na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Termo de Securitização, poderá ensejar a administração extraordinária do respectivo Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral, observados os procedimentos previstos na Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste instrumento, para que os Titulares de CRI deliberem (i) pela administração extraordinária dos Patrimônios Separados ou suas eventuais liquidações e (ii) tendo sido aprovada a administração extraordinária dos Patrimônios Separados, a forma pela qual passará a ser realizada.

9.3. Credores da Emissora: Na forma do artigo 11 da Lei nº 9.514/97, os Créditos Imobiliários e as Garantias estão isentos de qualquer ação ou execução pelos credores da Emissora, não se prestando à constituição de garantias ou à execução por quaisquer dos credores da Emissora, por mais privilegiados que sejam, e só responderão pelas obrigações inerentes aos CRI, ressaltando-se, no entanto, eventual entendimento pela aplicação do artigo 76 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

9.4. Administração do Patrimônio Separado: A Emissora administrará ordinariamente o Patrimônio Separado, promovendo as diligências necessárias à manutenção de sua



regularidade, notadamente a dos fluxos de pagamento das parcelas de amortização do principal, juros e demais encargos acessórios, inclusive mantendo o registro contábil independente do restante de seu patrimônio e elaborando e publicando as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com o artigo 12 da Lei nº 9.514/97.

9.4.1. O exercício social do Patrimônio Separado encerrar-se-á em 30 de junho de cada ano, quando serão levantadas e elaboradas as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado, as quais serão auditadas pelo Auditor Independente do Patrimônio Separado.

9.5. **Responsabilidade:** A Emissora somente responderá por prejuízos ou insuficiência do Patrimônio Separado em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar, negligência ou administração temerária ou, ainda, desvio de finalidade do Patrimônio Separado, devidamente comprovado.

CLÁUSULA DEZ - TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO

10.1. **Transferência:** Caso seja verificada: (i) a insolvência da Emissora; ou, ainda (ii) qualquer uma das hipóteses previstas no item 10.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá realizar imediata e transitoriamente a administração do Patrimônio Separado constituído pelos Créditos Imobiliários e Garantias, e promover a liquidação do Patrimônio Separado, na hipótese em que a Assembleia Geral de Titulares dos CRI venha a deliberar por tal liquidação.

10.2. **Eventos:** A ocorrência de qualquer um dos eventos abaixo ensejará a assunção da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, para liquidá-lo ou não, conforme item 10.1 acima:

- a) pedido, por parte da Emissora, de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do respectivo plano;



- b) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido ou cancelado ou contestado através do depósito previsto no parágrafo único do artigo 98 da Lei nº 11.101/05 pela Emissora, conforme o caso, no prazo legal; ou
- c) decretação de falência da Emissora ou apresentação de pedido de autofalência pela Emissora;
- d) inadimplemento ou mora, pela Emissora, de qualquer das obrigações pecuniárias previstas neste Termo, desde que por culpa exclusiva e não justificável da Emissora, sendo que, nessa hipótese, a assunção do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário poderá ocorrer desde que tal inadimplemento ou mora perdure por mais de 20 (vinte) dias corridos, contados da data em que a obrigação era devida.

10.2.1 A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em 1 (um) Dia Útil.

10.2.2 Na ocorrência de quaisquer dos eventos de que trata o item 10.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Titulares dos CRI para deliberar sobre a liquidação ou não do Patrimônio Separado. Tal assembleia deverá ser realizada no prazo de 20 (vinte) dias corridos a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação.

10.3. Assembleia Relativa ao Patrimônio Separado: Em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do início da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, deverá ser convocada Assembleia Geral de Titulares dos CRI, na forma estabelecida na Lei nº 9.514/97.

10.4. Deliberação Relativa ao Patrimônio Separado: A Assembleia Geral de Titulares dos CRI deverá deliberar pela liquidação do Patrimônio Separado, ou pela continuidade de sua



administração por nova companhia securitizadora de créditos imobiliários, fixando, neste caso, a remuneração desta última, bem como as condições de sua viabilidade econômico-financeira.

10.4.1 Na hipótese de a Assembleia Geral de Titulares dos CRI deliberar pela liquidação do Patrimônio Separado, os Titulares de CRI deverão deliberar sobre (i) o novo administrador do Patrimônio Separado e as regras para sua administração; ou (ii) a nomeação do liquidante e as formas de liquidação do Patrimônio Separado.

CLÁUSULA ONZE - DESPESAS DO PATRIMÔNIO SEPARADO

11.1. Despesas da Emissão: A Emissora fará jus, às custas do Patrimônio Separado, pela administração do Patrimônio Separado durante o período de vigência dos CRI, de uma remuneração equivalente a R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) ao mês atualizado anualmente pela variação positiva do IPCA/IBGE, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, calculadas *pro rata die*, se necessário, a ser paga no 1º (primeiro) Dia Útil a contar da data de subscrição e integralização dos CRI, e as demais na mesma data dos meses subsequentes até o resgate total dos CRI.

11.1.1 A remuneração definida no item 11.1 acima, continuará sendo devida, mesmo após o vencimento dos CRI, caso a Emissora ainda esteja atuando na cobrança de inadimplência não sanada, remuneração esta que será calculada e devida proporcionalmente aos meses de atuação da Emissora.

11.1.2 Os valores referidos no item 11.1 acima serão acrescidos dos impostos que incidem sobre a prestação desses serviços, tais como ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza), CSSL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração da Emissora, nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento.



11.2. Despesas do Patrimônio Separado: São despesas de responsabilidade do Patrimônio Separado:

- a) as despesas com a gestão, cobrança, contabilidade e auditoria na realização e administração do Patrimônio Separado, outras despesas indispensáveis à administração dos Créditos Imobiliários, inclusive as referentes à sua transferência na hipótese de o Agente Fiduciário assumir a sua administração, desde que não arcadas pela Devedora;
- b) as eventuais despesas com terceiros especialistas, advogados, auditores ou fiscais relacionados com procedimentos legais incorridas para resguardar os interesses dos Titulares de CRI e realização dos Créditos Imobiliários e das Garantias integrantes do Patrimônio Separado, desde que previamente aprovadas pelos titulares dos CRI;
- c) as despesas com publicações em jornais ou outros meios de comunicação para cumprimento das eventuais formalidades relacionadas aos CRI;
- d) as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais;
- e) os tributos incidentes sobre a distribuição de rendimentos dos CRI;
- f) a remuneração recorrente do Servicer; e
- g) despesas acima, de responsabilidade da Devedora, que não pagas por esta.

11.3. Responsabilidade dos Titulares de CRI: Considerando-se que a responsabilidade da Emissora se limita ao Patrimônio Separado, nos termos da Lei nº 9.514/97, caso o Patrimônio Separado seja insuficiente para arcar com as despesas mencionadas nos itens 11.1 e 11.2 acima, tais despesas serão suportadas pelos Titulares dos CRI, na proporção dos CRI titulados por cada um deles, caso não sejam pagas pela Devedora, parte obrigada por tais pagamentos.



11.4. Despesas de Responsabilidade dos Titulares de CRI: Observado o disposto nos itens 11.1, 11.2 e 11.3 acima, são de responsabilidade dos Titulares dos CRI:

- a) eventuais despesas e taxas relativas à negociação e custódia dos CRI não compreendidas na descrição do item 11.1 acima;
- b) todos os custos e despesas incorridos para salvaguardar os direitos e prerrogativas dos Titulares dos CRI, inclusive na execução das Garantias já que não haverá a constituição de um fundo específico para a execução das Garantias; e
- c) tributos diretos e indiretos incidentes sobre o investimento em CRI que lhes sejam atribuídos como responsável tributário.

11.4.1 No caso de destituição da Emissora nas condições previstas neste Termo, os recursos necessários para cobrir as despesas com medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Titulares dos CRI deverão ser previamente aprovadas pelos Titulares dos CRI e adiantadas ao Agente Fiduciário, na proporção de CRI detida pelos Titulares dos CRI, na data da respectiva aprovação.

11.4.2 Em razão do quanto disposto na alínea “b” do item 11.4. acima, as despesas a serem adiantadas pelos titulares dos CRI à Emissora e/ou ao Agente Fiduciário, conforme o caso, na defesa dos interesses dos Titulares dos CRI, incluem, exemplificativamente: (a) as despesas com contratação de serviços de auditoria, assessoria legal, fiscal, contábil e de outros especialistas; (b) as custas judiciais, emolumentos e demais taxas, honorários e despesas incorridas em decorrência dos procedimentos judiciais ou extrajudiciais a serem propostos contra a Devedora, o Cedente ou terceiros, objetivando salvaguardar, cobrar e/ou executar os Créditos Imobiliários; (c) as despesas com viagens e estadias incorridas pelos administradores da Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, bem como pelos prestadores de serviços eventualmente contratados, desde que relacionados com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos; (d) eventuais indenizações, multas,



despesas e custas incorridas em decorrência de eventuais condenações (incluindo verbas de sucumbência) em ações judiciais propostas pela Emissora, podendo a Emissora e/ou o Agente Fiduciário, conforme o caso, solicitar garantia prévia dos Titulares dos CRI para cobertura do risco da sucumbência; ou (e) a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, nos termos deste Termo, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias.

11.5. **Custos Extraordinários:** Quaisquer custos extraordinários que venham incidir sobre a Emissora em virtude de quaisquer renegociações que impliquem na elaboração de aditivos aos instrumentos contratuais e/ou na realização de assembleias de Titulares dos CRI, incluindo, mas não se limitando a remuneração adicional, pelo trabalho de profissionais da Emissora ou do Agente Fiduciário dos CRI dedicados a tais atividades deverão ser arcados pelo Cedente ou pela Devedora conforme proposta a ser apresentada.

11.5.1 Será devida, pelo Cedente ou pela Devedora, à Emissora, uma remuneração adicional equivalente a: (i) R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) por hora de trabalho, em caso de necessidade de elaboração de aditivos aos instrumentos contratuais e/ou de realização de assembleias gerais extraordinárias dos Titulares dos CRI, e (ii) R\$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) por verificação, em caso de verificação de *covenants*, caso aplicável. Esses valores serão corrigidos a partir da Data de Emissão e reajustados pelo IGP-M/FGV. O montante devido a título de remuneração adicional da Emissora estará limitado a, no máximo, R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo que demais custos adicionais de formalização de eventuais alterações deverão ser previamente aprovados.

CLÁUSULA DOZE - RISCOS

12.1. **Riscos:** O investimento em CRI envolve uma série de riscos que deverão ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, rentabilidade, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto à Emissora,



quanto aos próprios CRI, objeto desta Emissão. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações que estão descritas neste Termo, bem como consultar seu consultor de investimentos e outros profissionais que julgar necessários antes de tomar uma decisão de investimento:

Direitos dos Credores da Emissora: A Emissão tem como lastro os Créditos Imobiliários, os quais constituem Patrimônio Separado do patrimônio comum da Emissora. As Leis nº 9.514/1997 e 10.931/2004 possibilitam que os Créditos Imobiliários sejam segregados dos demais ativos e passivos da Emissora. No entanto, ainda não há jurisprudência firmada com relação ao tratamento dispensado aos demais credores da Emissora no que se refere a créditos trabalhistas, fiscais e previdenciários, em face do que dispõe o artigo 76 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001. A Medida Provisória nº 2.158-35, ainda em vigor, em seu artigo 76, estabelece que “as normas que estabeleçam a afetação ou a separação, a qualquer título, de patrimônio de pessoa física ou jurídica não produzem efeitos com relação aos débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, em especial quanto às garantias e aos privilégios que lhes são atribuídos”. Ademais, em seu parágrafo único, ela prevê que “desta forma permanecem respondendo pelos débitos ali referidos a totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os que tenham sido objeto de separação ou afetação”. Por força da norma acima citada, os Créditos Imobiliários e os recursos dele decorrentes, inclusive as Garantias, não obstante serem objeto do Patrimônio Separado, poderão ser alcançados por credores fiscais, trabalhistas e previdenciários da Emissora e, em alguns casos, por credores trabalhistas e previdenciários de pessoas físicas e jurídicas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora, tendo em vista as normas de responsabilidade solidária e subsidiária de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico existentes em tais casos. Caso isso ocorra, concorrerão os detentores destes créditos com os detentores dos CRI, de forma privilegiada, sobre o produto de realização dos Créditos Imobiliários, inclusive em caso de falência. Nesta hipótese, é possível que Créditos Imobiliários venham a ser insuficientes para o pagamento integral dos CRI após o pagamento daqueles credores;

Pagamento Condicionado e Descontinuidade: As fontes de recursos da Emissora para fins de



pagamento aos Investidores decorrem direta ou indiretamente: (i) dos pagamentos dos Créditos Imobiliários; e (ii) da liquidação das Garantias da Emissão. Os recebimentos oriundos das alíneas acima podem ocorrer posteriormente às datas previstas para pagamento de juros e amortizações dos CRI, podendo causar descontinuidade do fluxo de caixa esperado dos CRI. Após o recebimento dos sobreditos recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios legais cabíveis para a cobrança judicial ou extrajudicial dos Créditos Imobiliários e suas Garantias, caso estes não sejam suficientes, a Emissora não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar o pagamento de eventuais saldos aos investidores;

Riscos Financeiros: Há três espécies de riscos financeiros geralmente identificados em operações de securitização no mercado brasileiro: (i) riscos decorrentes de possíveis descompassos entre as taxas de remuneração de ativos e passivos; (ii) risco de insuficiência de garantia por acúmulo de atrasos ou perdas; e (iii) risco de falta de liquidez, sendo que a ocorrência de qualquer um destes eventos poderá implicar em eventuais prejuízos para os Titulares de CRI;

O pagamento do Valor de Cessão depende da implementação de condições precedentes, estabelecidas no Contrato de Distribuição, que podem não se verificar: O pagamento do Valor de Cessão pela Emissora, depende da verificação pela Emissora das condições precedentes estabelecidas nos Contratos de Cessão e no Contrato de Distribuição.

Dessa forma, a não verificação total ou parcial das condições precedentes dentro do prazo estabelecido poderá impedir a integralização e, portanto, o aperfeiçoamento da cessão dos Créditos Imobiliários, com o cancelamento da emissão dos CRI, sendo certo que a Emissora não possui meios para garantir que o investidor dos CRI encontrará opções de investimento com a mesma rentabilidade e riscos que os CRI.

Condições de Liquidação da Oferta e Desembolso do Valor de Principal das CCB. Até a data de assinatura do presente Termo de Securitização, as condições precedentes ao desembolso do Valor de Principal das CCB e, conseqüentemente, à integralização dos CRI, encontram-se em fase de cumprimento, incluindo, sem limitação, os registros das CCB e dos Contratos de Cessão



Fiduciária perante os cartórios competentes. Nesse sentido, a liquidação dos CRI, bem como o consequente pagamento do Valor do Desembolso e do Valor de Principal das CCB, estão sujeitos ao integral cumprimento de referidas condições precedentes, conforme previstas nos Documentos da Operação, incluindo, sem limitação, com relação à plena constituição das Garantias.

Risco da deterioração da qualidade de crédito do Patrimônio Separado poderá afetar a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes dos CRI: Os CRI são lastreados nos Créditos Imobiliários, os quais foram vinculados aos CRI por meio deste Termo, no qual foi instituído o Regime Fiduciário e constituído o Patrimônio Separado. Os Créditos Imobiliários representam créditos detidos pela Emissora contra a Devedora. O Patrimônio Separado constituído em favor dos Investidores não conta com qualquer garantia flutuante ou coobrigação da Emissora.

Assim, o recebimento integral e tempestivo pelos Investidores dos montantes devidos conforme o Termo depende do pagamento pela Devedora e/ou pelos Avalistas em tempo hábil para o pagamento dos valores decorrentes dos CRI. A ocorrência de eventos que afetem a situação econômico-financeira da Devedora poderá afetar negativamente a capacidade do Patrimônio Separado de honrar suas obrigações no que tange ao pagamento dos CRI pela Emissora.

No caso de inadimplemento dos Créditos Imobiliários pela Devedora, as Garantias deverão ser executadas, e não há como assegurar que o valor a ser recebido pelos Investidores será suficiente para reembolsar integralmente o investimento realizado. Neste caso, nem o Patrimônio Separado, nem mesmo a Emissora, disporão de outras fontes de recursos para satisfação dos interesses dos investidores.

Riscos de Inadimplemento: Os pagamentos dos CRI poderão ser afetados pelo atraso ou ausência de pagamento dos Créditos Imobiliários pela Devedora. O inadimplemento da Devedora, no que se refere a essa obrigação, afetará o recebimento dos Créditos Imobiliários, que são o lastro para o pagamento das amortizações dos CRI.



Baixa Liquidez no Mercado Secundário: O mercado secundário de certificados de recebíveis imobiliários no Brasil apresenta baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá, no futuro, um mercado para negociação dos CRI que permita sua alienação pelos subscritores desses valores mobiliários caso estes decidam pelo desinvestimento. Os Investidores que adquirirem os CRI poderão encontrar dificuldades para negociá-los no mercado secundário, devendo estar preparados para manter o investimento nos CRI até o vencimento final.

Adicionalmente, os CRI foram emitidos no âmbito da Instrução CVM nº 476/09 e, desta forma, ficarão bloqueados para negociação no mercado secundário pelo prazo de 90 (noventa) dias da data de subscrição pelos investidores.

Risco Tributário: Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação ou majoração de tributos, nova interpretação ou, ainda, interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando a Emissora ou os Titulares dos CRI a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas, o que inclui, mas não se limita a, Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF);

Risco de Resgate Antecipado: Os CRI poderão estar sujeitos, na forma definida neste Termo, a eventos de resgate antecipado. A efetivação destes eventos poderá resultar em dificuldades de reinvestimento por parte dos investidores à mesma taxa estabelecida como remuneração dos CRI;

Risco de Estrutura: A Emissão tem o caráter de “operação estruturada”. Desta forma e pelas características inerentes a este conceito, a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte, estipulados através de contratos públicos ou privados tendo por diretriz a legislação em vigor. No entanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro, no que tange a operações de CRI, em situações de stress, poderá haver perdas por parte dos investidores em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia do arcabouço contratual;



Risco referente ao primeiro pagamento dos CRI: A operacionalização da arrecadação dos Direitos Creditórios na Conta Centralizadora pode não ocorrer em tempo hábil para o primeiro pagamento de amortização e juros remuneratórios dos CRI, sendo certo que tal pagamento deverá ser realizado diretamente com recursos da Devedora. Desta forma, na hipótese de inadimplemento pela Devedora da obrigação de pagamento da primeira parcela das CCB, a Emissora não disporá dos recursos necessários para pagamento dos CRI na Conta Centralizadora, sendo que para a excussão das Garantias deverão ser observados os procedimentos previstos nos respectivos instrumentos, o que poderá retardar o recebimento destes recursos pelos titulares dos CRI.

Risco em Função da Dispensa de Registro: A oferta dos CRI, distribuída nos termos da Instrução CVM nº 476/09, está automaticamente dispensada de registro perante a CVM e pela ANBIMA, de forma que as informações prestadas pela Emissora não foram objeto de análise pelas referidas instituições.

Risco da Devedora: A ocorrência de eventos que afetem a situação econômica financeira da Devedora poderá afetar negativamente a capacidade do Patrimônio Separado de suportar as suas obrigações estabelecidas neste Termo.

Risco de Não Formalização das Garantias. As Garantias da presente Emissão não estão perfeitamente formalizadas na data de assinatura deste Termo de Securitização. Desta forma, caso haja o vencimento antecipado da CCB, sem que haja a devida formalização destas Garantias, o investidor assumirá tal risco e terá ciência que eventual execução destas Garantias poderá estar dificultada ou inviabilizada por esta falta de formalização.

Riscos Relativos à Concentração e Pulverização. Poderá ocorrer situação em que um único investidor venha a integralizar parcela substancial da emissão ou mesmo a totalidade dos CRI, passando tal investidor a deter uma posição expressivamente concentrada, fragilizando, assim, a posição dos eventuais investidores minoritários. Nesta hipótese, há possibilidade de que deliberações sejam tomadas pelo investidor majoritário em função de seus interesses exclusivos em detrimento dos investidores minoritários.



Risco da Não Realização da Carteira de Ativos: A Emissora é uma companhia emissora de títulos representativos de créditos imobiliários, tendo como objeto social a aquisição e securitização de créditos imobiliários através da emissão de certificados de recebíveis imobiliários, cujos patrimônios são administrados separadamente. O Patrimônio Separado tem como principal fonte de recursos os Créditos Imobiliários. Desta forma, qualquer atraso ou falta de recebimento de tais valores pela Emissora poderá afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar as obrigações decorrentes dos CRI. Na hipótese de a Emissora ser declarada insolvente ou nos demais casos tratado na Cláusula Décima, o Agente Fiduciário deverá assumir a custódia e administração dos Créditos Imobiliários e dos demais direitos e acessórios que integram o Patrimônio Separado. Em Assembleia Geral de Titulares dos CRI, os titulares dos CRI poderão deliberar sobre as novas normas de administração do Patrimônio Separado ou optar pela liquidação deste, que poderá ser insuficiente para o cumprimento das obrigações da Emissora perante os titulares dos CRI.

Falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora: Ao longo do prazo de duração dos CRI, a Emissora poderá estar sujeita a eventos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial. Dessa forma, apesar de terem sido constituídos o Regime Fiduciário e o Patrimônio Separado sobre os Créditos Imobiliários, eventuais contingências da Emissora, em especial as fiscais, previdenciárias e trabalhistas, poderão afetar tais Créditos Imobiliários, principalmente em razão da falta de jurisprudência em nosso país sobre a plena eficácia da afetação de patrimônio.

Originação de Novos Negócios ou Redução da Demanda por CRI: A Emissora depende de originação de novos negócios de securitização imobiliária, bem como da demanda de investidores pela aquisição dos CRI de sua emissão. No que se refere à originação, à Emissora busca sempre identificar oportunidades de negócios que podem ser objeto de securitização imobiliária. No que se refere aos riscos relacionados aos investidores, inúmeros fatores podem afetar a demanda dos investidores pela aquisição de CRI. Por exemplo, alterações na Legislação Tributária que resulte na redução dos incentivos fiscais para os investidores poderão reduzir a demanda dos investidores pela aquisição de CRI. Caso a Emissora não consiga identificar



projetos de securitização imobiliária atrativos para o mercado ou, caso a demanda pela aquisição de CRI venha a ser reduzida, a Emissora poderá ser afetada.

Manutenção do Registro de Companhia Aberta: A Emissora possui registro de companhia aberta junto à CVM desde 02/07/2007, tendo, no entanto, realizado sua primeira emissão de CRI em 02/01/2013. A sua atuação como Securitizadora de emissões de CRI depende da manutenção de seu registro de companhia aberta junto à CVM e das respectivas autorizações societárias. Caso a Emissora não atenda aos requisitos da CVM em relação às companhias abertas, sua autorização poderá ser suspensa ou mesmo cancelada, afetando assim, as suas emissões de CRI.

Crescimento da Emissora e de seu Capital: O capital atual da Emissora poderá não ser suficiente para suas futuras exigências operacionais e manutenção do crescimento esperado, de forma que a Emissora pode vir a precisar de fontes de financiamento externas. Não se pode assegurar que haverá disponibilidade de capital no momento em que a Emissora necessitar, e, caso haja, as condições desta captação poderiam afetar o desempenho da Emissora.

A Importância de uma Equipe Qualificada: A perda de membros da equipe operacional da Emissora e/ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado, pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Emissora. O ganho da Emissora provém basicamente da securitização de recebíveis, que necessita de uma equipe especializada, para originação, estruturação, distribuição e gestão, com vasto conhecimento técnico, operacional e mercadológico de seus produtos. Assim, a eventual perda de componentes relevantes da equipe e a incapacidade de atrair novos talentos poderia afetar a nossa capacidade de geração de resultado;

Não existe jurisprudência firmada acerca da securitização: Toda a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico desta Emissão considera um conjunto de rigores e obrigações estipuladas através de contratos elaborados nos termos da legislação em vigor. Entretanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro no que tange a este tipo de operação financeira, em situações de estresse poderá



haver perdas por parte dos Investidores, inclusive decorrentes do dispêndio de tempo e recursos necessários para fazer valer as disposições contidas nos documentos desta operação.

Risco de ausência de Quórum para deliberação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI:

Determinadas deliberações no âmbito da Assembleia Geral de Titulares dos CRI necessitam de quórum qualificado para serem aprovados. O respectivo quórum qualificado pode não ser atingido e, portanto, a deliberação pode não ser aprovada, o que poderá impactar os CRI.

Risco pela Inexistência de Rating: Os CRI não foram objeto de classificação de risco por agência de rating, razão pela qual não se tem uma análise independente do risco de crédito assumido pelos investidores com a aquisição dos CRI, não sendo possível assegurar a não ocorrência de eventuais atrasos no cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes da Emissão, bem como eventuais perdas de principal e juros.

Risco dos Avalistas: A ocorrência de eventos que afetem a situação econômica financeira dos Avalistas poderão afetar negativamente a sua capacidade de suportar as eventuais obrigações estabelecidas neste Termo de Securitização. Ainda, os Avalistas poderão figurar em processos administrativos na esfera tributária, por exemplo, e cujos resultados poderão vir a ser desfavoráveis e/ou não estarem adequadamente provisionados. Decisões contrárias que eventualmente alcancem valores substanciais podem ocasionar atos de constrição sobre os ativos e/ou recursos dos Avalistas e afetar adversamente suas atividades, condições financeiras e resultados operacionais podendo, inclusive, impactar negativamente a capacidade de pagamento de eventuais obrigações que tenha de vir a cumprir nos termos da CCB e deste Termo de Securitização.

Risco da ausência de acompanhamento de adimplemento de débitos fiscais e de ações judiciais.

Através de auditoria legal (*due diligence*) para fins da Oferta Restrita dos CRI, foram identificados os seguintes pontos em relação à fiduciante Embraed Empresa Brasileira de Edificações S.A.: (i) débitos tributários federais no valor total de R\$ 6.690.613,13; (ii) 03 (três) processos na justiça federal que, somados, perfazem o montante de R\$ 59.564.865,90; e (iii) 06 (seis) Autos de Infrações Ambientais, que juntos somam R\$ 187.000,00. Apesar das referidas



ações, débitos e infrações ambientais não guardarem relação com quaisquer imóveis objetos da Operação, a condenação pode acarretar na redução da capacidade econômica da Embraed Edificações. Tendo em vista que não haverá acompanhamento dessas ações, débitos e infrações ambientais em curso, caso a Embraed Empresa Brasileira de Edificações S.A. venha a sofrer qualquer tipo de condenação definitiva, além de acarretar possível impacto na sua capacidade econômica, poderão incidir, também, nas hipóteses previstas na cláusula de vencimento antecipado que levarão aos Titulares dos CRI definirem pela continuidade ou não da Oferta Restrita dos CRI.

Risco relacionado aos efeitos de Pandemia. O surto de doenças transmissíveis, como o surto de Coronavírus (Covid-19) em escala global iniciado a partir de dezembro de 2019 e declarado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, pode afetar as decisões de investimento e poderá resultar em volatilidade esporádica nos mercados de capitais globais. Além disso, esses surtos podem resultar em restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, além da volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, o que podem ter um efeito adverso relevante na economia global e/ou na economia brasileira, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira. Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos pode afetar material e adversamente os negócios, a condição financeira, os resultados das operações e a capacidade de financiamento, alavancagem e de pagamento das obrigações pecuniárias contraídas pela Emissora e pela Devedora, bem como pela Devedora dos recebíveis cedidos fiduciariamente e, por consequência, poderá impactar negativamente a rentabilidade dos CRI. Ainda, em relação à constituição e formalização de garantias que serão submetidas aos órgãos públicos ou governamentais, poderá ocorrer dilação de prazo para os seus registros, especialmente perante as juntas comerciais e cartórios de registro de títulos e documentos, em razão de medidas sanitárias adotadas pelo estado e/ou município em que se situam as serventias, podendo interferir no regular funcionamento. Isso em consonância com a Lei Federal nº 13.979 de 06 de março de 2020, para a preservação das medidas de enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional, bem



como, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional constante do anexo ao Decreto nº 10.212 de 30 de janeiro de 2020 e referenciado na lei supra indicada (International Health Regulation emitido por World Health Organization).

Demais Riscos: Os CRI estão sujeitos às variações de condições dos mercados de atuação das Devedora, que é afetada principalmente pelas condições políticas e econômicas nacionais e internacionais. Os CRI também poderão estar sujeitos a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos CRI, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

CLÁUSULA TREZE - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

13.1. Classificação de Risco: Os CRI objeto desta Emissão não foram objeto de análise de classificação de risco pela Agência de Rating.

13.2. Atualização: Não haverá emissão ou atualização do relatório de classificação de risco.

CLÁUSULA QUATORZE - DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

14.1. Declarações da Emissora: A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias à celebração deste Termo, à emissão dos CRI e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam este Termo têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo

mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (d) é legítima e única titular dos Créditos Imobiliários;
- (e) os Créditos Imobiliários encontram-se livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de natureza pessoal e/ou real, não sendo do conhecimento da Emissora a existência de qualquer fato que impeça ou restrinja o direito da Emissora de celebrar este Termo;
- (f) não tem conhecimento da existência de procedimentos administrativos ou ações judiciais, pessoais ou reais, de qualquer natureza, contra a Devedora ou contra a Emissora em qualquer tribunal, que afetem ou possam vir a afetar os Créditos Imobiliários ou, ainda que indiretamente, o presente Termo;
- (g) não tem conhecimento, até a presente data, da existência de restrições urbanísticas, ambientais, sanitárias, de acesso ou segurança relacionadas aos Empreendimentos;
- (h) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (i) este Termo constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

14.1.1. A Emissora compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso venha a tomar conhecimento de que quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

14.2. Obrigações da Emissora: A Emissora obriga-se a informar todos os fatos relevantes acerca da Emissão e da própria Emissora, mediante publicação no jornal de publicação de seus atos societários ou de acordo com a sua política de divulgação de fato e ato relevante, assim



como prontamente informar tais fatos diretamente ao Agente Fiduciário por meio de comunicação por escrito.

14.3. Obrigações Adicionais da Emissora: A Emissora obriga-se ainda a elaborar um relatório mensal, conforme Anexo 32-II da Instrução CVM nº 480, devendo ser disponibilizado na CVM, conforme Ofício Circular nº 10/2019/CVM/SIN.

14.4. Informações: A Emissora obriga-se a fornecer aos Titulares dos CRI, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado do recebimento da solicitação respectiva, todas as informações relativas aos Créditos Imobiliários.

14.5. Contratação de Escriturador: A Emissora obriga-se a manter contratada, durante a vigência deste Termo, instituição financeira habilitada para a prestação do serviço de escriturador e banco liquidante, na hipótese da rescisão do contrato vigente para tais serviços.

14.6. Declarações Regulamentares: A declarações exigidas da Emissora, e do Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável, constam dos Anexos deste Termo, os quais são partes integrantes e inseparáveis do presente instrumento.

14.6.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente da B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria.

14.6.2. A Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Resolução CVM nº 17/21, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no



encerramento de cada exercício social. Os referidos documentos deverão ser acompanhados de declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora atestando (a) que permanecem válidas as disposições contidas no Termo de Securitização, (b) acerca da não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Titulares de CRI e o Agente Fiduciário e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social.

CLÁUSULA QUINZE - AGENTE FIDUCIÁRIO

15.1. Nomeação: A Emissora, neste ato, nomeia o Agente Fiduciário, que formalmente aceita a sua nomeação, para desempenhar os deveres e atribuições que lhe competem, sendo-lhe devida uma remuneração nos termos da lei e deste Termo.

15.2. Declarações do Agente Fiduciário: Atuando como representante dos Titulares dos CRI, o Agente Fiduciário declara:

- a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e neste Termo;
- b) aceitar integralmente o presente Termo, em todas as suas cláusulas e condições;
- c) está devidamente autorizado a celebrar este Termo e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- d) a celebração deste Termo e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- e) verificou a legalidade e a ausência de vícios da operação objeto do presente Termo, além da veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas pela Emissora no presente Termo;



- f) os Créditos Imobiliários estão vinculados única e exclusivamente aos CRI;
- g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6º da Resolução CVM nº 17/21;
- h) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal para o exercício da função que lhe é atribuída, conforme o § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações;
- i) não possui qualquer relação com a Emissora ou com a Devedora que o impeça de exercer suas funções de forma diligente;
- j) que assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º da Resolução CVM nº 17/21, tratamento equitativo a todos os titulares de certificados de recebíveis imobiliários de eventuais emissões realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que atue e venha atuar na qualidade de agente fiduciário;
- k) que conduz seus negócios em conformidade com as Leis Anticorrupção, às quais esteja sujeito, bem como se obriga a continuar a observar as Leis Anticorrupção. O Agente Fiduciário deverá informar imediatamente, por escrito, à Emissora detalhes de qualquer violação relativa às Leis Anticorrupção que eventualmente venha a ocorrer pelo Agente Fiduciário e/ou por qualquer sociedade do seu grupo econômico e/ou pelos seus respectivos representantes;
- l) que verificou a regularidade da constituição das garantias, tendo em vista que na data de assinatura deste Termo de Securitização não se encontram constituídas e exequíveis, uma vez que deverão ser registrados nos competentes Cartório de Registro de Títulos e Documentos, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade nos termos das disposições estabelecidas neste Termo; e



- m) que na presente data atua como agente fiduciário em outras emissões de títulos e valores mobiliários da Emissora e de empresas do seu grupo econômico, conforme descritas e caracterizados no Anexo III ao presente Termo.

15.3. Atribuições do Agente Fiduciário: Incumbe ao Agente Fiduciário ora nomeado:

- a) proteger os direitos e interesses dos Titulares de CRI, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- b) zelar pela proteção dos direitos e interesses dos Titulares de CRI, acompanhando a atuação da Securitizadora na gestão do Patrimônio Separado;
- c) exercer, nas hipóteses previstas neste Termo, a administração do Patrimônio Separado;
- d) promover a liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado, conforme aprovado em Assembleia Geral de Titulares dos CRI e nos termos do presente Termo;
- e) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e/ou impedimento;
- f) conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
- g) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas às Garantias e a consistência das demais informações contidas neste Termo, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- h) manter atualizada a relação dos Titulares de CRI e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Securitizadora;



- i) acompanhar a prestação das informações periódicas pela Emissora e alertar os Titulares de CRI, no relatório anual de que trata o artigo 15 da Resolução CVM nº 17/21, sobre as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
- j) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Termo, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- k) adotar as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses dos Titulares de CRI, bem como à realização dos Créditos Imobiliários, vinculados ao Patrimônio Separado, caso a Securitizadora não o faça;
- l) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Procuradoria da Fazenda Pública ou outros órgãos pertinentes, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e/ou da Devedora e, conforme o caso;
- m) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora ou do Patrimônio Separado, a custo do Patrimônio Separado ou dos próprios Titulares de CRI;
- n) opinar sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições dos CRI;
- o) disponibilizar, em acordo com os termos e condições deste Termo, o valor unitário de cada CRI, aos Titulares de CRI e aos demais participantes do mercado, por meio eletrônico, tanto através de comunicação direta de sua central de atendimento, quanto do seu website <https://www.simplificpavarini.com.br>;
- p) fornecer à Emissora, uma vez satisfeitos os créditos dos Titulares de CRI e extinto o Regime Fiduciário, à Emissora termo de quitação de suas obrigações de administração



do Patrimônio Separado, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, se atuar como administradora do Patrimônio Separado;

q) elaborar relatório destinado aos Titulares de CRI, nos termos do artigo 68, § 1º, b da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM nº 17/21, o qual deverá conter:

i. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;

ii. alterações estatutárias ocorridas no período com efeitos relevantes para os Titulares de CRI;

iii. comentários sobre os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora relacionados a cláusulas contratuais destinadas a proteger os interesses dos Titulares dos CRI e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;

iv. quantidade de CRI emitidos, quantidade de CRI em circulação e saldo cancelado no período;

v. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de remuneração dos CRI realizados no período;

vi. constituição e aplicações de fundos para amortização dos CRI, quando for o caso;

vii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão de CRI, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

viii. relação dos bens e valores entregues à sua administração;

ix. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste Termo;

- x. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- xi. existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, feitas pelo emissor, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo do emissor em que tenha atuado no mesmo exercício como agente fiduciário, bem como os dados sobre tais emissões previstos na Resolução CVM nº 17/21;
- r) comunicar aos Titulares de CRI qualquer inadimplemento, pela Devedora, de obrigações financeiras assumidas na Escritura de Emissão de CCI, neste Termo ou em instrumento equivalente, incluindo as obrigações relativas a garantias e a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Titulares de CRI e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Devedora, indicando as consequências para os Titulares de CRI e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, observado o prazo previsto no art. 16, II, da Resolução CVM nº 17/21;
- s) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias por parte da Securitizadora, alertando os Titulares de CRI acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- t) comparecer à Assembleia Geral de Titulares dos CRI, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas; e
- u) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Titulares dos CRI, incluindo, sem limitação, na hipótese de insuficiência dos bens do Patrimônio Separado, para deliberar sobre a forma de administração ou liquidação do Patrimônio Separado, bem como a nomeação do liquidante, caso aplicável.

15.4. Remuneração do Agente Fiduciário: Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos deste instrumento e da legislação em vigor, correspondentes (i) a parcelas anuais de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil



reais), sendo a primeira parcela devida até o 5º (quinto) dia útil a contar da data de integralização e as demais a serem pagas no dia 15 (quinze) do mesmo mês de emissão da primeira fatura nos anos subsequentes até o resgate total dos CRI.

15.4.1 Nas operações de securitização em que a constituição do lastro se der pela correta destinação de recursos pela Devedora, em razão das obrigações impostas ao Agente Fiduciário dos CRI pelo Ofício Circular CVM nº 1/2021 SRE, que determina que em caso de possibilidade de resgate ou vencimento antecipado do título, permanecem exigíveis as obrigações da Devedora e do Agente Fiduciário até o vencimento original dos CRI ou até que a destinação da totalidade dos recursos decorrentes da emissão seja efetivada e comprovada. Desta forma fica contratado e desde já ajustado que a Devedora assumirão a integral responsabilidade financeira pelos honorários do Agente Fiduciário até a integral comprovação da destinação dos recursos.

15.4.2 As parcelas citadas acima serão reajustadas pela variação acumulada do IPCA/IBGE, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final dos CRI, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*.

15.4.3 As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas de ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição sobre o Lucro Líquido) e o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

15.4.4 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, sobre os débitos em atraso incidirão multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito,



bem como juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA acumulado, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

15.5. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para prestar os serviços descritos neste instrumento e proteger os direitos e interesses dos investidores ou para realizar seus créditos. Quando houver negativa para custeio de tais despesas pela Emissora, os investidores deverão antecipar todos os custos a serem despendidos pelo Agente Fiduciário. São exemplos de despesas que poderão ser realizadas pelo Agente Fiduciário:

- i. publicação de relatórios, avisos e notificações, despesas cartorárias, conforme previsto neste instrumento e na legislação aplicável, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- ii. despesas com conferências e contatos telefônicos;
- iii. obtenção de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- iv. locomoções entre estados da federação, alimentação, transportes e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas;
- v. se aplicável, todas as despesas necessárias para realizar vistoria nas obras ou empreendimentos financiados com recursos da integralização; e
- vi. conferência, validação ou utilização de sistemas para checagem, monitoramento ou obtenção de opinião técnica ou legal de documentação ou informação prestada pela Emissora para cumprimento das suas obrigações.

15.5.1 O ressarcimento a que se refere o item 15.5 acima será efetuado em até 05 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora e envio de cópia dos respectivos comprovantes de pagamento.

15.5.2 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos

investidores adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis e comprovadas com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos investidores, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas pelos investidores e pela Emissora, e adiantadas pelos investidores, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos investidores, na proporção de seus créditos, (i) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, decorrentes de culpa exclusiva e comprovada da Emissora, ou ainda que comprovadamente lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos investidores; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Investidores bem como sua remuneração; e (ii) excluem os investidores impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais investidores ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos investidores que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles investidores que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação e o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Investidores que não tenha sido saldado na forma prevista acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

15.5.3. O Agente Fiduciário não antecipará recursos para pagamento de despesas decorrentes da Emissão, sendo certo que tais recursos serão sempre devidos e antecipados pela Emissora ou pelos investidores, conforme o caso.

15.6. Em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, pela Emissora, ou de reestruturação das condições da operação, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão, incluindo, mas não se limitando, (i) comentários aos



documentos da oferta durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha se efetivar; (ii) execução das garantias, (iii) comparecimento em reuniões formais ou conferências telefônicas com a Emissora, os Titulares ou demais partes da Emissão, inclusive respectivas assembleias; (iv) análise a eventuais aditamentos aos Documentos da Operação e (v) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, remuneração esta a ser paga no prazo de 10 (dez) dias após a conferência e aprovação pela Emissora do respectivo “Relatório de Horas”.

15.7. Substituição do Agente Fiduciário: O Agente Fiduciário poderá ser substituído e continuará exercendo suas funções até que um novo Agente Fiduciário assuma, nas hipóteses de impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação, falência, ou qualquer outro caso de vacância, devendo ser realizada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência de qualquer desses eventos, uma Assembleia Geral de Titulares dos CRI, para que seja eleito o novo Agente Fiduciário.

15.8. Hipóteses de Destituição do Agente Fiduciário: A Assembleia Geral de Titulares dos CRI a que se refere o item anterior poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Titulares de CRI que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos CRI em Circulação, ou pela CVM. Se a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do termo final do prazo referido no item acima, caberá à Emissora efetuar-la.

15.9. Novo Agente Fiduciário: O agente fiduciário eleito em substituição nos termos do item 15.8 acima, assumirá integralmente os deveres, atribuições e responsabilidades constantes da legislação aplicável e deste Termo.

15.10. Aditamento ao Termo: A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento a este Termo.

15.11. Obrigação: O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos titulares dos CRI, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com



as instruções que lhe forem transmitidas pelos Titulares de CRI. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Titulares de CRI a ele transmitidas conforme definidas pelos Titulares de CRI e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Titulares de CRI ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM nº 17/21, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

15.12. Fraude ou Adulteração: Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

15.13. Prévia Deliberação: Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Titulares do CRI e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Titulares do CRI reunidos em Assembleia Geral de Titulares dos CRI.

CLÁUSULA DEZESSEIS - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CRI

16.1. Assembleia Geral de Titulares dos CRI: As Assembleias Gerais de Titulares dos CRI que tiverem por objeto deliberar sobre matérias de interesse comum dos Titulares dos CRI, ou que afetem, direta ou indiretamente, os direitos dos Titulares dos CRI, serão convocadas e as matérias discutidas nessas assembleias somente serão deliberadas pelos Titulares dos CRI, de acordo com os quóruns e demais disposições previstos nesta Cláusula Dezesseis.



16.2. Realização das Assembleias: Os Titulares dos CRI de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Titulares dos CRI, relativamente à respectiva série. Aplicar-se-á à assembleia geral de Titulares de CRI, no que couber, o disposto na Lei nº 9.514/97, bem como o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

16.3. Competência para Convocação: A Assembleia Geral de Titulares dos CRI poderá ser convocada:

- a) pelo Agente Fiduciário;
- b) pela CVM;
- c) pela Emissora; ou
- d) por Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos CRI em Circulação relativamente à respectiva série, excluídos, para os fins deste quórum, os CRI que não possuem o direito de voto.

16.4. Convocação: A convocação da Assembleia Geral de Titulares dos CRI far-se-á mediante edital publicado no jornal "O Dia SP" com a antecedência de 20 (vinte) dias corridos para a primeira convocação, ou de 8 (oito) dias para a segunda convocação, se aplicável, sendo que se instalará, em primeira convocação, com a presença dos titulares que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, relativos àquela determinada série, e, em segunda convocação, com qualquer número dos CRI em circulação de determinada série, excluídos, para os fins dos quóruns estabelecidos neste item, os CRI que não possuem o direito de voto, conforme previsto no item 16.10 abaixo.

16.5. Presidência: A presidência da Assembleia Geral de Titulares dos CRI de cada série caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente:

- a) ao representante da Emissora; ou
- b) ao Titular de CRI eleito pelos Titulares dos CRI de determinada série presentes que



possuírem direito de voto.

16.6. Outros Representantes: A Emissora e/ou os Titulares dos CRI relativamente à cada série poderão, conforme o caso, convocar representantes da Emissora, ou quaisquer terceiros, para participar das assembleias gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

16.7. Representantes do Agente Fiduciário: O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais de Titulares dos CRI e prestar aos Titulares dos CRI as informações que lhe forem solicitadas.

16.8. Representantes da Devedora: A Devedora, a seu exclusivo critério, poderá comparecer a todas as Assembleias Gerais de Titulares dos CRI e prestar aos Titulares dos CRI as informações que lhe forem solicitadas.

16.9. Deliberações: Todas as demais deliberações serão tomadas, em qualquer convocação, com quórum simples de aprovação equivalente a 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares de CRI de determinada série presentes na referida Assembleia Geral de Titulares dos CRI.

16.9.1. Cada CRI corresponderá a um voto para fins de apuração de deliberações em determinada série, sendo admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

16.9.2. Observado o quórum descrito na cláusula 16.9. acima, este Termo de Securitização não possui mecanismo para resgate dos certificados de recebíveis imobiliários dos investidores dissidentes.

16.10. Apuração: Para efeito de cálculo de quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Titulares dos CRI de cada uma das séries, serão excluídos os CRI que a Emissora ou a Devedora eventualmente possuam em tesouraria; os que sejam de



titularidade de empresas ligadas à Emissora ou à Devedora, ou de fundos de investimento administrados por empresas ligadas à Emissora ou à Devedora, assim entendidas empresas que sejam subsidiárias, coligadas, controladas, direta ou indiretamente, empresas sob controle comum ou qualquer de seus diretores, conselheiros, acionistas ou pessoa que esteja em situação de conflito de interesses.

16.11. Validade: As deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI de cada uma das séries, observados os quóruns e as disposições estabelecidos neste Termo, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, bem como obrigarão a todos os titulares dos CRI daquela determinada série.

16.12. Dispensa de Convocação: Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Termo, será considerada regularmente instalada a Assembleia Geral de Titulares dos CRI de determinada série a que comparecerem todos os Titulares dos CRI daquela determinada série que tenham direito de voto, sem prejuízo das disposições relacionadas com os quóruns de deliberação estabelecidos neste Termo.

16.13. Dispensa de Assembleia para Alteração do Termo: Este Termo e os demais Documentos da Operação poderão ser aditados sem necessidade de deliberação pela assembleia geral (i) (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, B3, cartórios de registro de títulos e documentos e/ou demais reguladores; (ii) alterações a quaisquer Documentos da Operação já expressamente permitidas nos termos do(s) respectivo(s) Documento(s) da Operação; (iii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iv) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nas alíneas (i), (ii), (iii) e (iv) acima, não possam acarretar qualquer prejuízo aos Titulares dos CRI ou qualquer alteração no fluxo dos CRI, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Titulares dos CRI.

CLÁUSULA DEZESSETE - TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS INVESTIDORES



17.1. Tributação: Serão de responsabilidade dos Titulares de CRI todos os tributos diretos e indiretos mencionados abaixo, ressaltando-se que os investidores não devem considerar unicamente as informações contidas a seguir para fins de avaliar o investimento em CRI, devendo consultar seus próprios consultores quanto à tributação específica que sofrerão enquanto Titulares de CRI:

(i) Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF

Como regra geral, o tratamento fiscal dispensado aos rendimentos e ganhos relativos a certificados de recebíveis imobiliários é o mesmo aplicado aos títulos de renda fixa.

A partir de 1º de janeiro de 2005, a tributação de rendimentos destes títulos foi alterada, sendo estabelecidas alíquotas diversas em razão do tempo de aplicação dos recursos. Assim, os rendimentos dos certificados dos recebíveis imobiliários serão tributados pelo IRRF às alíquotas de (i) 22,5% quando os investimentos forem realizados com prazo de até 180 dias; (ii) 20% quando os investimentos forem realizados com prazo de 181 dias até 360 dias; (iii) 17,5% quando os investimentos forem realizados com prazo de 361 dias até 720 dias; e (iv) 15% quando os investimentos forem realizados com prazo superior a 721 dias.

Não obstante, há regras específicas aplicáveis a cada tipo de Investidor, conforme sua qualificação como pessoa física, pessoa jurídica, inclusive isenta, fundo de investimento, instituição financeira, sociedade de seguro, de previdência privada, de capitalização, corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, sociedade de arrendamento mercantil ou Investidor estrangeiro.

A remuneração produzida por certificados de recebíveis imobiliários detidos por investidores pessoas físicas fica isenta do imposto de renda (na fonte e na declaração de ajuste anual) independentemente da data de emissão do referido certificado. De acordo com a posição da Receita Federal, expressa no artigo 55, parágrafo único, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.585, de 31 de agosto de 2015, tal isenção abrange, ainda, o ganho de



capital auferido na alienação ou cessão dos CRI.

Os investidores qualificados como pessoas físicas ou pessoas jurídicas isentas terão seus ganhos e rendimentos tributados exclusivamente na fonte, ou seja, o imposto não é compensável. As entidades imunes estão dispensadas da retenção do imposto na fonte desde que declarem sua condição à fonte pagadora. No entanto, estas entidades podem sujeitar-se à tributação pelo IRRF a qualquer tempo, inclusive retroativamente, uma vez que a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, em seu artigo 12, parágrafo 1º, estabelece que a imunidade não abrange os rendimentos auferidos em aplicações financeiras, de renda fixa ou de renda variável. Este dispositivo legal está suspenso por força de ação direta de inconstitucionalidade movida pela Confederação Nacional da Saúde.

O IRRF pago por investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido, arbitrado ou real é considerado antecipação, gerando o direito à compensação com o IRPJ apurado em cada período de apuração.

A partir de 1º de janeiro de 2005, sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar, sociedade seguradora e Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, bem como de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, haverá dispensa de retenção do imposto de renda incidente na fonte ou pago em separado.

Também, na hipótese de aplicação financeira em certificados de recebíveis imobiliários realizada por instituições financeiras, fundos de investimento, seguradoras, entidades de previdência complementar abertas (com recursos não derivados das provisões, reservas técnicas e fundos), sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, há dispensa de retenção na fonte e do pagamento do imposto.

Em relação aos investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior, aplica-se, como regra geral, o mesmo tratamento cabível em relação aos rendimentos e ganhos percebidos



pelos residentes no País. Por sua vez, há um regime especial de tributação aplicável aos rendimentos e ganhos auferidos pelos investidores não residentes cujos recursos adentrarem o país de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014). Nesta hipótese, os rendimentos auferidos por investidores estrangeiros estão sujeitos à incidência do imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento), ao passo que os ganhos realizados em ambiente bursátil são isentos de tributação. Em relação aos investimentos oriundos de países que não tributem a renda ou que a tributem por alíquota inferior a 20% (vinte por cento), ou cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, ou à sua titularidade ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes, em qualquer situação há incidência do imposto de renda à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).

(ii) IOF

Ainda, com relação aos investidores não residentes, o Regulamento do IOF determina que o ingresso de recursos estrangeiros para aplicação nos mercados financeiro e de capitais, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014) a alíquota do IOF/Câmbio será igual a 0% (zero por cento). Alertamos, contudo, por se tratar de imposto que exerce importante papel extrafiscal, as alíquotas poderão ser alteradas de forma automática via Decreto do Poder Executivo.

Adicionalmente, de uma maneira geral, cumpre lembrar que há a incidência do IOF/Títulos ou Valores Mobiliários, cujo fato gerador será a aquisição, cessão, resgate, repactuação ou pagamento para liquidação de títulos e valores mobiliários. Regra geral, para as operações cujo resgate, cessão ou repactuação ocorra após o período de 30 (trinta) dias contados da data de sua aquisição, haverá isenção do IOF/Títulos ou Valores Mobiliários.

Os rendimentos e ganhos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas não financeiras que não possuírem contas individualizadas do referido sistema devem ser creditados em suas respectivas contas pela Emissora, cabendo às instituições financeiras titulares das referidas contas a retenção do e o recolhimento do IRRF.



A retenção deve ser efetuada por ocasião do pagamento dos rendimentos e ganhos aos investidores e o recolhimento do IRRF deve ser realizado até o terceiro dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência do referido pagamento.

(iii) Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS

A contribuição ao PIS e à COFINS incidem sobre o valor do faturamento mensal das pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, considerando-se a totalidade das receitas por estas auferidas, independentemente do tipo de atividade exercida e da classificação contábil adotada para tais receitas.

No tocante à contribuição ao PIS, é importante mencionar que, de acordo com a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, desde 1º de dezembro de 2002: (i) a alíquota foi elevada para 1,65%; e (ii) o valor do tributo apurado pode ser compensado com créditos decorrentes de custos e despesas incorridos junto a pessoas jurídicas brasileiras. No mesmo sentido, houve a alteração da sistemática da tributação da COFINS pois de acordo com a Medida Provisória nº 135, convertida na Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, desde 1º de fevereiro de 2004: (i) a alíquota foi elevada para 7,6%; e (ii) o valor do tributo apurado pode ser compensado com créditos decorrentes de custos e despesas incorridos junto a pessoas jurídicas brasileiras.

A remuneração conferida a título de pagamento dos juros dos certificados de recebíveis imobiliários aos investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido constitui receita financeira. Para os investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, as receitas financeiras auferidas estão sujeitas à tributação pelo PIS e pela COFINS às alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) para o PIS e 4% (quatro por cento) para a COFINS, nos termos do Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, conforme alterado.

No caso dos investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido, a remuneração conferida a título de pagamento dos juros dos certificados de recebíveis imobiliários constitui



receita financeira, porém, não estão sujeitas à contribuição ao PIS e à COFINS, face a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 pela Lei nº 11.941/09, revogado em decorrência da anterior declaração de inconstitucionalidade do referido dispositivo pelo plenário do Supremo Tribunal Federal – STF.

É importante ressaltar que no caso das pessoas jurídicas que tenham como atividade principal a exploração de operações financeiras, como, por exemplo, as instituições financeiras e entidades assemelhadas, a remuneração conferida a título de pagamento dos juros dos certificados de recebíveis imobiliários é considerada, pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, como receita operacional dessas pessoas jurídicas, estando, portanto, sujeita à tributação pela contribuição ao PIS e pela COFINS, na forma da legislação aplicável à pessoa jurídica que a auferir.

Sobre os rendimentos auferidos por investidores pessoas físicas não há qualquer incidência dos referidos tributos.

O pagamento da contribuição ao PIS e da COFINS deve ser efetuado até o vigésimo quinto dia do mês subsequente ao de aferimento da referida receita pelo Investidor em geral, ou até o vigésimo dia do mês subsequente no caso das instituições financeiras e entidades assemelhadas.

CLÁUSULA DEZOITO - PUBLICIDADE

18.1. Publicidade: Os fatos e atos relevantes de interesse dos Titulares dos CRI, bem como as convocações para as Assembleias Gerais de Titulares de CRI, deverão ser veiculados conforme política de divulgação da Emissora, obedecidos os prazos legais e/ou regulamentares, sendo que todas as despesas com as referidas publicações, serão arcadas diretamente ou indiretamente pela Devedora com recursos que não sejam do Patrimônio Separado.

18.1.1. A publicação mencionada no item 18.1. acima estará dispensada quando for feita divulgação em pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial



de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.

CLÁUSULA DEZENOVE - REGISTRO DO TERMO

19.1. Registro: Este Termo será entregue para Instituição Custodiante da CCI, nos termos do parágrafo único, do artigo 23 da Lei nº 10.931/04, para que seja registrado pela Instituição Custodiante o Regime Fiduciário instituído pelo presente Termo, mencionando o Patrimônio Separado a que os Créditos Imobiliários estão afetados.

CLÁUSULA VINTE - NOTIFICAÇÕES

20.1. Comunicações: Todos os avisos, notificações ou comunicações que, de acordo com este instrumento, devam ser feitos por escrito serão considerados entregues quando recebidos sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ou por correio eletrônico, nos endereços indicados abaixo, quando do recebimento de confirmação de leitura da mensagem eletrônica encaminhada.

Para a Emissora:

ISEC SECURITIZADORA S.A.

Rua Tabapuã, nº 1123,21º andar, conjunto 215, Itaim Bibi

São Paulo - SP

At.: Dep. de Gestão / Dep. Jurídico

Tel.: (11) 3320-7474

E-mail: gestao@isecbrasil.com.br

Para o Agente Fiduciário

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Joaquim Floriano, 466, sala 1401 – Itaim Bibi

CEP 04534-002 – São Paulo - SP



Att. Carlos Alberto Bacha / Rinaldo Rabello Ferreira / Matheus Gomes Faria / Pedro Paulo Oliveira

Tel. +55 11 3090-0447

E-mail: spestruturacao@simplificpavarini.com.br

20.1.1. As Partes obrigam-se a informar, por escrito, toda e qualquer modificação em seus dados cadastrais, sob pena de serem consideradas como efetuadas 2 (dois) dias após a respectiva expedição, as comunicações, notificações ou interpelações enviadas aos endereços constantes neste instrumento, ou nas comunicações anteriores que alteraram os dados cadastrais, desde que não haja comprovante de protocolo demonstrando prazo anterior.

CLÁUSULA VINTE E UM - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Informações: Sempre que solicitada pelos Titulares dos CRI, a Emissora lhes dará acesso aos relatórios de gestão dos Créditos Imobiliários vinculados por meio deste Termo.

21.2. Divisibilidade: Na hipótese de qualquer disposição deste Termo ser julgada ilegal, ineficaz ou inválida, prevalecerão as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza efeitos semelhantes.

21.3. Ausência de Vícios: A Emissora e o Agente Fiduciário declaram, sob as penas da lei, que verificaram a legalidade e ausência de vícios da presente operação de securitização, além da veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas neste Termo.

21.4. Assinatura Eletrônica: A Securitizadora e o Agente Fiduciário concordam que será permitida a assinatura eletrônica do presente Termo de Securitização e de quaisquer aditivos ao presente, mediante na folha de assinaturas eletrônicas, com 2 (duas) testemunhas instrumentárias, para que esses documentos produzam os seus jurídicos e legais efeitos. Nesse caso, a data de assinatura deste Termo de Securitização (ou de seus aditivos, conforme



aplicável), será considerada a mais recente das dispostas na folha de assinaturas eletrônicas, devendo, em qualquer hipótese, ser emitido com certificado digital nos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto pelo art. 10 da Medida Provisória n. 2.200/2001 em vigor no Brasil. A Securitizadora e o Agente Fiduciário reconhecem que, independentemente da forma de assinatura, esse Termo de Securitização (e seus respectivos aditivos) tem natureza de título executivo judicial, nos termos do art. 784 do Código de Processo Civil.

21.5. As Partes concordam que, em razão da atual pandemia de Covid-19 que o País atravessa e que hoje limita, parcial ou totalmente, os serviços oferecidos por determinadas autoridades, caso exista alguma restrição de funcionamento de qualquer órgão, autoridade, cartório e/ou junta comercial que impeça o protocolo, prenotação e/ou registro de determinado documento para fins de atendimento de alguma obrigação de qualquer das Partes prevista neste instrumento, o prazo de cumprimento da respectiva obrigação terá início a partir do momento em que a referida restrição deixar de existir.

CLÁUSULA VINTE E DOIS - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

22.1. Legislação Aplicável: Este Termo será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

22.2. Eleição de Foro: Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas ou fundadas neste Termo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 30 de março de 2021.

(O restante desta página foi intencionalmente deixado em branco.)



(Página de assinatura 1/2 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries da 4ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A., celebrado entre a ISEC Securitizadora S.A. e a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

ISEC SECURITIZADORA S.A.

Emissora

Nome: Luisa Herkenhoff Miss

Cargo: Procuradora

Nome: Juliane Effting Matias

Cargo: Diretora de Operações



(Página de assinatura 2/2 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries da 4ª Emissão da ISEC Securitizadora S.A., celebrado entre a ISEC Securitizadora S.A. e a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Agente Fiduciário

Nome: Matheus Gomes Faria

Cargo: Diretor

TESTEMUNHAS:

Nome: Eduardo de Mayo Valente Caires

RG: 23099843

CPF/ME: 216.064.508-75

Nome: Marina Moura de Barros

RG: 35.030.174-8

CPF/ME: 352.642.788-73

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Gomes Faria, Marina Moura De Barros, Eduardo De Mayo Valente Caires, Luisa Herkenhoff Mis e Juliane Effting Matias.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código F126-4AAF-1C42-9AF5.

ANEXO I
TABELA DE AMORTIZAÇÃO DOS CRI

N	DATA	Tai	Pagamento de Juros
1	26/04/2021	0,0000%	SIM
2	25/05/2021	0,0000%	SIM
3	25/06/2021	0,0000%	SIM
4	26/07/2021	0,0000%	SIM
5	25/08/2021	0,0000%	SIM
6	27/09/2021	0,0000%	SIM
7	25/10/2021	0,0000%	SIM
8	25/11/2021	0,0000%	SIM
9	27/12/2021	0,0000%	SIM
10	25/01/2022	0,0000%	SIM
11	25/02/2022	0,0000%	SIM
12	25/03/2022	0,0000%	SIM
13	25/04/2022	1,4463%	SIM
14	25/05/2022	1,3935%	SIM
15	27/06/2022	1,4220%	SIM
16	25/07/2022	1,5060%	SIM
17	25/08/2022	1,4558%	SIM
18	26/09/2022	1,5415%	SIM
19	25/10/2022	1,6022%	SIM
20	25/11/2022	1,6102%	SIM
21	26/12/2022	1,6462%	SIM
22	25/01/2023	1,6569%	SIM
23	27/02/2023	1,7225%	SIM
24	27/03/2023	1,7904%	SIM
25	25/04/2023	1,8606%	SIM
26	25/05/2023	1,8515%	SIM
27	26/06/2023	1,8976%	SIM
28	25/07/2023	1,9458%	SIM
29	25/08/2023	1,9414%	SIM
30	25/09/2023	2,0747%	SIM
31	25/10/2023	2,1033%	SIM
32	27/11/2023	2,1612%	SIM

33	26/12/2023	2,2494%	SIM
34	25/01/2024	2,2868%	SIM
35	26/02/2024	2,3816%	SIM
36	25/03/2024	2,4535%	SIM
37	25/04/2024	2,4746%	SIM
38	27/05/2024	2,5805%	SIM
39	25/06/2024	2,6920%	SIM
40	25/07/2024	2,7273%	SIM
41	26/08/2024	2,8211%	SIM
42	25/09/2024	2,9210%	SIM
43	25/10/2024	3,0275%	SIM
44	25/11/2024	3,1963%	SIM
45	26/12/2024	3,2655%	SIM
46	27/01/2025	3,4242%	SIM
47	25/02/2025	3,5666%	SIM
48	25/03/2025	3,8030%	SIM
49	25/04/2025	3,8909%	SIM
50	26/05/2025	4,1000%	SIM
51	25/06/2025	4,2719%	SIM
52	25/07/2025	4,4613%	SIM
53	25/08/2025	4,7262%	SIM
54	25/09/2025	4,9346%	SIM
55	27/10/2025	5,2521%	SIM
56	25/11/2025	5,6053%	SIM
57	26/12/2025	5,9455%	SIM
58	26/01/2026	6,4163%	SIM
59	25/02/2026	6,8950%	SIM
60	25/03/2026	7,4475%	SIM
61	27/04/2026	8,0641%	SIM
62	25/05/2026	8,8798%	SIM
63	25/06/2026	9,7127%	SIM
64	27/07/2026	10,8242%	SIM
65	25/08/2026	12,2419%	SIM
66	25/09/2026	14,0033%	SIM
67	26/10/2026	16,4428%	SIM
68	25/11/2026	19,7602%	SIM
69	28/12/2026	24,7420%	SIM
70	25/01/2027	33,1738%	SIM



71	25/02/2027	49,8424%	SIM
72	25/03/2027	100,0000%	SIM



ANEXO II
IDENTIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS

CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO - CCI			LOCAL E DATA DE EMISSÃO: São Paulo, 30 de março de 2021.		
SÉRIE	214ª	NÚMERO	CID-214-001	TIPO DE CCI	INTEGRAL
1. EMISSORA					
Razão Social: ISEC SECURITIZADORA S.A.					
CNPJ: 08.769.451/0001-08					
Endereço: Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º andar, conjunto 215, Itaim Bibi					
CEP: 04533-004	Cidade: São Paulo		UF: SP		
2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE					
Razão Social: SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.					
CNPJ: 15.227.994/0004-01					
Endereço: Rua Joaquim Floriano 466, sala 1401 - Itaim Bibi					
CEP: 04534-002	Cidade: São Paulo		UF: SP		
3. DEVEDORA					
Razão Social: RTDR PARTICIPAÇÕES S.A.					
CNPJ: 09.222.901/0001-00					
Endereço: Avenida Brasil, nº 3.313, sala 9A-1					
CEP: 88330-063	Cidade:	Balneário Camboriú	UF: SC		
4. TÍTULOS					
<p>É a Cédula de Crédito Imobiliário integral, emitida pela Cessionária sob a forma escritural, sem garantia real imobiliária, nos termos desta Escritura de Emissão de CCI, celebrada entre a Cessionária e a Instituição Custodiante, representativa de 100% (cem por cento) dos créditos imobiliários oriundos da “Cédula de Crédito Bancário nº 2104086826/RPS” (“Créditos Imobiliários” e “CCB” respectivamente), emitida pela RTDR Participações S.A. (“Devedora”), em favor da QI Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Cedente”), com aval de Diego Schumacker Rosa e Tatiana Schumacker Rosa Cequinel (“Avalistas”), em 30 de março de 2021. Os Créditos Imobiliários foram cedidos pelo</p>					

Cedente para a Cessionária nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças”, celebrado em 30 de março de 2021, entre a Cedente, a Cessionária, Avalistas e a Devedora.

5. VALOR GLOBAL DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS E DA CCI:

R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) na Data de Emissão.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

Denominação	Endereço	Matrícula	Cartório
EDIFÍCIO HAMPTONS	Rua 3700, 415, Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-203	2.875	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
EDIFÍCIO AURORA	Avenida Atlântica, 4438, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-183	19.856	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
ILHAS MARIANAS	Avenida Normando Tedesco, esquina com Rua 4300, Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-123	55.998	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
EDIFÍCIO SANTÉ RESIDENCE	Rua João Francisco dos Santos, 100, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-030	111.435	1º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
L'ATELIER	Avenida Nereu Ramos, esquina com Rua 267, 55, Itapema/SC, CEP: 88.220-970	17.912, 31.176 e 22.046	Registro de Imóveis de Itapema/SC

TONINO LAMBORGHINI RESIDENCES BALNEÁRIO CAMBORIÚ	Rua 4.600, 100, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-012	22.482	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
SOLAIA	Quadra D, Vila Bosque, Maringá/PR	26.862, 3.718, 8.431, 26.861, 13.579, 6.944, 8.534, 9.815, 34.572, 1.199 e 83.569, 83.544, a serem unificadas, uma vez que a incorporação ainda não foi averbada.	2º Serviço de Registro de Imóveis de Maringá/PR
7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO DA CCI			
Data de Emissão:	30 de março de 2021;		
Data de Vencimento Final:	23 de março de 2027.		
Prazo Total:	2.184 (dois mil cento e oitenta e quatro) dias.		
Valor de Principal:	R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) no Data de Emissão;		
Atualização Monetária:	Mensal, pela variação acumulada do IPCA/IBGE.		
Juros Remuneratórios:	7,00% (sete inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;		
Encargos Moratórios:	Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas à CCB, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o saldo total vencido e não pago independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.		



Periodicidade de Pagamento de Juros Remuneratórios:	Mensal, conforme indicado na CCB;
Periodicidade de Pagamento da Amortização:	Mensal, conforme indicado na CCB;
Garantia Fidejussória:	Aval, prestado pelos Avalistas, conforme definido constituído na CCB. Exclusivamente, para fins de depósito de CCI na B3, a CCI será depositada como sendo “com garantia fidejussória”;
Demais Características:	O local, as datas de pagamento e as demais características da CCB.
Local de Pagamento	São Paulo / SP.

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Gomes Faria, Marina Moura De Barros, Eduardo De Mayo Valente Caires, Luisa Herkenhoff Mis e Juliane Efting Matias. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código F126-4AAF-1C42-9AF5.



CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO - CCI			LOCAL E DATA DE EMISSÃO: São Paulo, 30 de março de 2021.		
SÉRIE	215^a	NÚMERO	CID-214-002	TIPO DE CCI	INTEGRAL
1. EMISSORA					
Razão Social: ISEC SECURITIZADORA S.A.					
CNPJ: 08.769.451/0001-08					
Endereço: Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º andar, conjunto 215, Itaim Bibi					
CEP: 04533-004	Cidade: São Paulo		UF: SP		
2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE					
Razão Social: SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.					
CNPJ: 15.227.994/0004-01					
Endereço: Rua Joaquim Floriano 466, sala 1401 - Itaim Bibi					
CEP: 04534-002	Cidade: São Paulo		UF: SP		
3. DEVEDORA					
Razão Social: RTDR PARTICIPAÇÕES S.A.					
CNPJ: 09.222.901/0001-00					
Endereço: Avenida Brasil, nº 3.313, sala 9A-1					
CEP: 88330-063	Cidade:	Balneário Camboriú	UF: SC		
4. TÍTULOS					
<p>É a Cédula de Crédito Imobiliário integral, emitida pela Cessionária sob a forma escritural, sem garantia real imobiliária, nos termos desta Escritura de Emissão de CCI, celebrada entre a Cessionária e a Instituição Custodiante, representativa de 100% (cem por cento) dos créditos imobiliários oriundos da “Cédula de Crédito Bancário nº 2104086825/RPS” (“<u>Créditos Imobiliários</u>” e “<u>CCB</u>” respectivamente), emitida pela RTDR Participações S.A. (“<u>Devedora</u>”), em favor da QI Sociedade de Crédito Direto S.A. (“<u>Cedente</u>”), com aval de Diego Schumacker Rosa e Tatiana Schumacker Rosa Cequinel (“<u>Avalistas</u>”), em 30 de março de 2021. Os Créditos Imobiliários foram cedidos pelo Cedente para a Cessionária nos termos do “<i>Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças</i>”, celebrado em 30 de março de 2021, entre a Cedente, a Cessionária Avalistas e a Devedora.</p>					

5. VALOR GLOBAL DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS E DA CCI:

R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) na Data de Emissão.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

Denominação	Endereço	Matrícula	Cartório
EDIFÍCIO HAMPTONS	Rua 3700, 415, Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-203	2.875	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
EDIFÍCIO AURORA	Avenida Atlântica, 4438, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-183	19.856	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
ILHAS MARIANAS	Avenida Normando Tedesco, esquina com Rua 4300, Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-123	55.998	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
EDIFÍCIO SANTÉ RESIDENCE	Rua João Francisco dos Santos, 100, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-030	111.435	1º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
L'ATELIER	Avenida Nereu Ramos, esquina com Rua 267, 55, Itapema/SC, CEP: 88.220-970	17.912, 31.176 e 22.046	Registro de Imóveis de Itapema/SC
TONINO LAMBORGHINI RESIDENCES BALNEÁRIO CAMBORIÚ	Rua 4.600, 100, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-012	22.482	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC

SOLAIA	Quadra D, Vila Bosque, Maringá/PR	26.862, 3.718, 8.431, 26.861, 13.579, 6.944, 8.534, 9.815, 34.572, 1.199, 83.569 e 83.544, a serem unificadas, uma vez que a incorporação ainda não foi averbada.	2º Serviço de Registro de Imóveis de Maringá/PR
7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO DA CCI			
Data de Emissão:		30 de março de 2021;	
Data de Vencimento Final:		23 de março de 2027.	
Prazo Total:		2.184 (dois mil cento e oitenta e quatro) dias.	
Valor de Principal:		R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) na Data de Emissão;	
Atualização Monetária:		Mensal, pela variação acumulada do IPCA/IBGE	
Juros Remuneratórios:		7,00% (sete inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;	
Encargos Moratórios:		Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas à CCB, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o saldo total vencido e não pago independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.	
Periodicidade de Pagamento de Juros Remuneratórios:		Mensal, conforme indicado na CCB;	
Periodicidade de Pagamento da Amortização:		Mensal, conforme indicado na CCB;	



Garantia Fidejussória:	Aval, prestado pelos Avalistas, conforme definido constituído na CCB. Exclusivamente, para fins de depósito de CCI na B3, a CCI será depositada como sendo “com garantia fidejussória”;
Demais Características:	O local, as datas de pagamento e as demais características da CCB.
Local de Pagamento	São Paulo / SP.

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Gomes Faria, Marina Moura De Barros, Eduardo De Mayo Valente Caires, Luisa Herkenhoff Mis e Juliane Effting Matias. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código F126-4AAF-1C42-9AF5.



CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO - CCI			LOCAL E DATA DE EMISSÃO: São Paulo, 30 de março de 2021.		
SÉRIE	216^a	NÚMERO	CID-214-003	TIPO DE CCI	INTEGRAL
1. EMISSORA					
Razão Social: ISEC SECURITIZADORA S.A.					
CNPJ: 08.769.451/0001-08					
Endereço: Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º andar, conjunto 215, Itaim Bibi					
CEP: 04533-004	Cidade: São Paulo		UF: SP		
2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE					
Razão Social: SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.					
CNPJ: 15.227.994/0004-01					
Endereço: Rua Joaquim Floriano 466, sala 1401 - Itaim Bibi					
CEP: 04534-002	Cidade: São Paulo		UF: SP		
3. DEVEDORA					
Razão Social: RTDR PARTICIPAÇÕES S.A.					
CNPJ: 09.222.901/0001-00					
Endereço: Avenida Brasil, nº 3.313, sala 9A-1					
CEP: 88330-063	Cidade:	Balneário Camboriú	UF: SC		
4. TÍTULOS					
<p>É a Cédula de Crédito Imobiliário integral, emitida pela Cessionária sob a forma escritural, sem garantia real imobiliária, nos termos desta Escritura de Emissão de CCI, celebrada entre a Cessionária e a Instituição Custodiante, representativa de 100% (cem por cento) dos créditos imobiliários oriundos da “Cédula de Crédito Bancário nº 2104086806/RPS” (“<u>Créditos Imobiliários</u>” e “<u>CCB</u>” respectivamente), emitida pela RTDR Participações S.A. (“<u>Devedora</u>”), em favor da QI Sociedade de Crédito Direto S.A. (“<u>Cedente</u>”), com aval de Diego Schumacker Rosa e Tatiana Schumacker Rosa Cequinel (“<u>Avalistas</u>”), em 30 de março de 2021. Os Créditos Imobiliários foram cedidos pelo Cedente para a Cessionária nos termos do “<i>Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças</i>”, celebrado em 30 de março de 2021, entre a Cedente, a Cessionária Avalistas e a Devedora.</p>					

5. VALOR GLOBAL DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS E DA CCI:

R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) na Data de Emissão.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

Denominação	Endereço	Matrícula	Cartório
EDIFÍCIO HAMPTONS	Rua 3700, 415, Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-203	2.875	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
EDIFÍCIO AURORA	Avenida Atlântica, 4438, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-183	19.856	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
ILHAS MARIANAS	Avenida Normando Tedesco, esquina com Rua 4300, Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-123	55.998	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
EDIFÍCIO SANTÉ RESIDENCE	Rua João Francisco dos Santos, 100, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-030	111.435	1º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
L'ATELIER	Avenida Nereu Ramos, esquina com Rua 267, 55, Itapema/SC, CEP: 88.220-970	17.912, 31.176 e 22.046	Registro de Imóveis de Itapema/SC
TONINO LAMBORGHINI RESIDENCES BALNEÁRIO CAMBORIÚ	Rua 4.600, 100, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-012	22.482	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC

SOLAIA	Quadra D, Vila Bosque, Maringá/PR	26.862, 3.718, 8.431, 26.861, 13.579, 6.944, 8.534, 9.815, 34.572, 1.199, 83.569 e 83.544, a serem unificadas, uma vez que a incorporação ainda não foi averbada.	2º Serviço de Registro de Imóveis de Maringá/PR
7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO DA CCI			
Data de Emissão:		30 de março de 2021;	
Data de Vencimento Final:		23 de março de 2027.	
Prazo Total:		2.184 (dois mil cento e oitenta e quatro) dias.	
Valor de Principal:		R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) na Data de Emissão.	
Atualização Monetária:		Mensal, pela variação acumulada do IPCA/IBGE.	
Juros Remuneratórios:		7,00% (sete inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.	
Encargos Moratórios:		Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas à CCB, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o saldo total vencido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.	
Periodicidade de Pagamento de Juros Remuneratórios:		Mensal, conforme indicado na CCB;	
Periodicidade de Pagamento da Amortização:		Mensal, conforme indicado na CCB;	



Garantia Fidejussória:	Aval, prestado pelos Avalistas, conforme definido constituído na CCB. Exclusivamente, para fins de depósito de CCI na B3, a CCI será depositada como sendo “com garantia fidejussória”;
Demais Características:	O local, as datas de pagamento e as demais características da CCB.
Local de Pagamento	São Paulo / SP.

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Gomes Faria, Marina Moura De Barros, Eduardo De Mayo Valente Caires, Luisa Herkenhoff Mis e Juliane Effting Matias. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código F126-4AAF-1C42-9AF5.



CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO - CCI			LOCAL E DATA DE EMISSÃO: São Paulo, 30 de março de 2021.		
SÉRIE	217ª	NÚMERO	CID-214-004	TIPO DE CCI	INTEGRAL
1. EMISSORA					
Razão Social: ISEC SECURITIZADORA S.A.					
CNPJ: 08.769.451/0001-08					
Endereço: Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º andar, conjunto 215, Itaim Bibi					
CEP: 04533-004	Cidade: São Paulo		CEP: 04533-004		
2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE					
Razão Social: SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.					
CNPJ: 15.227.994/0004-01					
Endereço: Rua Joaquim Floriano 466, sala 1401 - Itaim Bibi					
CEP: 04534-002	Cidade: São Paulo		CEP: 04534-002		
3. DEVEDORA					
Razão Social: RTDR PARTICIPAÇÕES S.A.					
CNPJ: 09.222.901/0001-00					
Endereço: Avenida Brasil, nº 3.313, sala 9A-1					
CEP: 88330-063	Cidade:	Balneário Camboriú	CEP: 88330-063		
4. TÍTULOS					
<p>É a Cédula de Crédito Imobiliário integral, emitida pela Cessionária sob a forma escritural, sem garantia real imobiliária, nos termos desta Escritura de Emissão de CCI, celebrada entre a Cessionária e a Instituição Custodiante, representativa de 100% (cem por cento) dos créditos imobiliários oriundos da “Cédula de Crédito Bancário nº 2104086801/RPS” (“Créditos Imobiliários” e “CCB” respectivamente), emitida pela RTDR Participações S.A. (“Devedora”), em favor da QI Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Cedente”), com aval de Diego Schumacker Rosa e Tatiana Schumacker Rosa Cequinel (“Avalistas”), em 30 de março de 2021. Os Créditos Imobiliários foram cedidos pelo Cedente para a Cessionária nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Crédito”</p>					

Imobiliários e Outras Avenças”, celebrado em 30 de março de 2021, entre a Cedente, a Cessionária Avalistas e a Devedora.

5. VALOR GLOBAL DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS E DA CCI:

R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) na Data de Emissão.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

Denominação	Endereço	Matrícula	Cartório
EDIFÍCIO HAMPTONS	Rua 3700, 415, Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-203	2.875	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
EDIFÍCIO AURORA	Avenida Atlântica, 4438, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-183	19.856	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
ILHAS MARIANAS	Avenida Normando Tedesco, esquina com Rua 4300, Centro, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-123	55.998	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
EDIFÍCIO SANTÉ RESIDENCE	Rua João Francisco dos Santos, 100, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-030	111.435	1º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC
L'ATELIER	Avenida Nereu Ramos, esquina com Rua 267, 55, Itapema/SC, CEP: 88.220-970	17.912, 31.176 e 22.046	Registro de Imóveis de Itapema/SC
TONINO LAMBORGHINI RESIDENCES BALNEÁRIO CAMBORIÚ	Rua 4.600, 100, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88330-012	22.482	2º Ofício de Imóveis de Balneário Camboriú/SC

SOLAIA	Quadra D, Vila Bosque, Maringá/PR	26.862, 3.718, 8.431, 26.861, 13.579, 6.944, 8.534, 9.815, 34.572, 1.199 e 83.569, 83.544, a serem unificadas, uma vez que a incorporação ainda não foi averbada.	2º Serviço de Registro de Imóveis de Maringá/PR
7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO DA CCI			
Data de Emissão:		30 de março de 2021;	
Data de Vencimento Final:		23 de março de 2027.	
Prazo Total:		2.184 (dois mil cento e oitenta e quatro) dias;	
Valor de Principal:		R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) no Data de Emissão;	
Atualização Monetária:		Mensal, pela variação acumulada do IPCA/IBGE	
Juros Remuneratórios:		7,00% (sete inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;	
Encargos Moratórios:		Ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas à CCB, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o saldo total vencido e não pago independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.	
Periodicidade de Pagamento de Juros Remuneratórios:		Mensal, conforme indicado na CCB;	
Periodicidade de Pagamento da Amortização:		Mensal, conforme indicado na CCB;	
Garantia Fidejussória:		Aval, prestado pelos Avalistas, conforme definido e constituído na CCB. Exclusivamente, para fins de depósito de	



	CCI na B3, a CCI será depositada como sendo “com garantia fidejussória”;
Demais Características:	O local, as datas de pagamento e as demais características do CCB.
Local de Pagamento	São Paulo / SP.

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Gomes Faria, Marina Moura De Barros, Eduardo De Mayo Valente Caires, Luisa Herkenhoff Mis e Juliane Efting Matias. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código F126-4AAF-1C42-9AF5.



ANEXO III

OUTRAS EMISSÕES COM A ATUAÇÃO DO AGENTE FIDUCIARIO

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	Beta Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	2ª – 4ª Série
Valor da emissão:	R\$ 30.643.749,50
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	91
Espécie e garantias envolvidas:	QUIROGRAFÁRIA
Garantia adicional real:	Não há
Garantia fidejussória:	Não há
Data de emissão:	26 de outubro de 2011
Data de vencimento:	01 de setembro de 2021
Taxa de Juros:	IPCA + 6,73% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	Beta Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	2ª – 5ª Série
Valor da emissão:	R\$ 26.131.465,62
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	78
Espécie e garantias envolvidas:	QUIROGRAFÁRIA
Garantia adicional real:	Não há
Garantia fidejussória:	Não há
Data de emissão:	26 de setembro de 2012
Data de vencimento:	14 de agosto de 2027
Taxa de Juros:	IPCA + 4,66% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	Beta Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	2ª – 6ª Série
Valor da emissão:	R\$ 3.076.693,80
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	9
Espécie e garantias envolvidas:	QUIROGRAFÁRIA
Garantia adicional real:	Não há
Garantia fidejussória:	Não há
Data de emissão:	08 de agosto de 2012
Data de vencimento:	01 de setembro de 2021
Taxa de Juros:	IPCA + 6,73% a.a.



Inadimplementos no período:	Não houve
-----------------------------	-----------

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 50ª Série
Valor da emissão:	R\$ 11.700.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	11.700
Espécie e garantias envolvidas:	GARANTIA REAL
Data de emissão:	18 de outubro de 2019
Data de vencimento:	12 de dezembro de 2022
Taxa de Juros:	IPCA + 11,00% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 87ª Série
Valor da emissão:	R\$ 6.000.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	6.000
Espécie e garantias envolvidas:	A. Fiduciária de Imóvel, A. Fiduciária de quotas, Aval, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária de recebíveis e Hipoteca
Data de emissão:	29 de junho de 2020
Data de vencimento:	12 de julho de 2023
Taxa de Juros:	IPCA + 12,00% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 90ª Série
Valor da emissão:	R\$ 67.509.295,23
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	70.000
Espécie e garantias envolvidas:	Quirografária
Data de emissão:	09 de setembro de 2020
Data de vencimento:	03 de outubro de 2030
Taxa de Juros:	IPCA + 4,50% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 92ª Série
Valor da emissão:	R\$ 54.500.000,00



Quantidade de valores mobiliários emitidos:	54.500
Espécie e garantias envolvidas:	Garantia Real, com Alienação Fiduciária de Imóvel e Alienação Fiduciária de Ações
Data de emissão:	18 de fevereiro de 2020
Data de vencimento:	22 de fevereiro de 2021
Taxa de Juros:	DI + 5,00% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 93ª Série
Valor da emissão:	R\$ 56.844.762,19
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	56.844
Espécie e garantias envolvidas:	Garantia Real, com Alienação Fiduciária de Imóvel e Alienação Fiduciária de Ações
Data de emissão:	30 de junho de 2020
Data de vencimento:	06 de julho de 2045
Taxa de Juros:	IPCA + 5,00% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 99ª Série
Valor da emissão:	R\$ 136.354.166,54
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	136.354
Espécie e garantias envolvidas:	Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória com Alienação Fiduciária de Imóvel e Contrato de Cessão
Data de emissão:	18 de janeiro de 2021
Data de vencimento:	06 de janeiro de 2039
Taxa de Juros:	IPCA + 5,25% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª – 124ª Série
Valor da emissão:	R\$ 11.900.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	1
Espécie e garantias envolvidas:	GARANTIA SUBORDINADAS
Garantia adicional real:	Não há
Garantia fidejussória:	Não há
Data de emissão:	17 de dezembro de 2014



Data de vencimento:	02 de julho de 2021
Taxa de Juros:	DI + 3,60% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª – 125ª Série
Valor da emissão:	R\$ 2.100.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	1
Espécie e garantias envolvidas:	GARANTIA SUBORDINADAS
Garantia adicional real:	Não há
Garantia fidejussória:	Não há
Data de emissão:	17 de dezembro de 2014
Data de vencimento:	02 de julho de 2021
Taxa de Juros:	DI + 3,60% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 131ª Série
Valor da emissão:	R\$ 65.000.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	65.000
Espécie e garantias envolvidas:	Garantia Real, Alienação Fiduciária de Imóvel, Alienação Fiduciária de Quotas
Data de emissão:	26 de janeiro de 2021
Data de vencimento:	26 de janeiro de 2026
Taxa de Juros:	DI + 4,00% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 142ª Série
Valor da emissão:	R\$ 144.582.700,35
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	144.582
Espécie e garantias envolvidas:	Garantia Real, Alienação Fiduciária de Imóvel, Fundo de Despesas e Fundo de Reserva
Data de emissão:	19 de novembro de 2020
Data de vencimento:	27 de novembro de 2020
Taxa de Juros:	IPCA + 5,50% a.a.



Inadimplementos no período:	Não houve
-----------------------------	-----------

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 155ª Série
Valor da emissão:	R\$ 205.000.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	50.000
Espécie e garantias envolvidas:	Sem Garantia
Data de emissão:	23 de dezembro de 2020
Data de vencimento:	16 de novembro de 2030
Taxa de Juros:	DI + 1,30% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 156ª Série
Valor da emissão:	R\$ 205.000.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	155.000
Espécie e garantias envolvidas:	Sem Garantia
Data de emissão:	23 de dezembro de 2020
Data de vencimento:	16 de novembro de 2030
Taxa de Juros:	DI + 3,90% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 204ª Série
Valor da emissão:	R\$ 48.000.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	15.000
Espécie e garantias envolvidas:	Alienação Fiduciária de Imóvel Aval Fundo de Despesas
Data de emissão:	17 de março de 2021
Data de vencimento:	25 de março de 2031
Taxa de Juros:	IPCA + 7,80% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 205ª Série



Valor da emissão:	R\$ 48.000.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	3.000
Espécie e garantias envolvidas:	Alienação Fiduciária de Imóvel Aval Fundo de Despesas
Data de emissão:	17 de março de 2021
Data de vencimento:	26 de março de 2029
Taxa de Juros:	IPCA + 7,80% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 206ª Série
Valor da emissão:	R\$ 48.000.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	15.000
Espécie e garantias envolvidas:	Alienação Fiduciária de Imóvel Aval Fundo de Despesas
Data de emissão:	17 de março de 2021
Data de vencimento:	27 de março de 2028
Taxa de Juros:	IPCA + 7,80% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Natureza dos serviços:	Agente Fiduciário
Denominação da companhia ofertante:	ISEC Securitizadora S.A.
Valores mobiliários emitidos:	CRI
Número da emissão:	4ª Emissão – 207ª Série
Valor da emissão:	R\$ 48.000.000,00
Quantidade de valores mobiliários emitidos:	15.000
Espécie e garantias envolvidas:	Alienação Fiduciária de Imóvel Aval Fundo de Despesas
Data de emissão:	17 de março de 2021
Data de vencimento:	25 de março de 2030
Taxa de Juros:	IPCA + 7,80% a.a.
Inadimplementos no período:	Não houve

Este documento foi assinado digitalmente por Matheus Gomes Faria, Marina Moura De Barros, Eduardo De Mayo Valente Caires, Luisa Herkenhoff Mis e Juliane Effting Matias. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código F126-4AAF-1C42-9AF5.



ANEXO IV DECLARAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade de natureza limitada, atuando por sua filial na Rua Joaquim Floriano 466, sala 1401 - Itaim Bibi 04534-002 – São Paulo - SP – Brasil, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Agente Fiduciário”), na qualidade de agente fiduciário da oferta pública de distribuição dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries da 4ª Emissão (“CRI” e “Emissão”, respectivamente) da **ISEC SECURITIZADORA S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º Andar, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04533-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.451/0001-08 (“Emissora”), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, em que a Emissora atua como distribuidora declara, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com a Emissora: (i) a legalidade e ausência de vícios da operação, além de ter agido com diligência para verificar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas pela Emissora no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão.

Assinatura Eletrônica: A assinatura do presente instrumento será efetuada de forma digital, nos padrões ICP-BRASIL, sendo reconhecida como forma válida, plenamente eficaz, legítima e suficiente para a comprovação da identidade e da validade desta declaração, em conformidade com o art. 107 do Código Civil e com o §2º, do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

São Paulo, 30 de março de 2021.

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Agente Fiduciário

Nome: Matheus Gomes Faria

Cargo: Diretor



ANEXO V DECLARAÇÃO DA EMISSORA

ISEC SECURITIZADORA S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º Andar, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04533-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.451/0001-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"), na qualidade de companhia emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries da sua 4ª Emissão ("CRI" e "Emissão", respectivamente), que serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, em que a própria Emissora atua na distribuição e a **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade de natureza limitada, atuando por sua filial na Rua Joaquim Floriano 466, sala 1401 - Itaim Bibi 04534-002 – São Paulo - SP – Brasil, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), declara, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com o Agente Fiduciário, a legalidade e ausência de vícios da operação, além de ter agido com diligência para verificar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas pela Emissora no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão.

Assinatura Eletrônica: A assinatura do presente instrumento será efetuada de forma digital, nos padrões ICP-BRASIL, sendo reconhecida como forma válida, plenamente eficaz, legítima e suficiente para a comprovação da identidade e da validade desta declaração, em conformidade com o art. 107 do Código Civil e com o §2º, do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

São Paulo, 30 de março de 2021.

ISEC SECURITIZADORA S.A.

Nome: Luisa Herkenhoff Mis

Cargo: Procuradora

Nome: Juliane Effting Matias

Cargo: Diretora de Operações



ANEXO VI DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE DA CCI

SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade de natureza limitada, atuando por sua filial na Rua Joaquim Floriano 466, sala 1401 - Itaim Bibi 04534-002 – São Paulo - SP – Brasil, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Instituição Custodiante"), na qualidade de instituição custodiante do *Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário Integrais sem Garantia Real Imobiliária sob a Forma Escritural* firmado, em 30 de março de 2021 entre **ISEC SECURITIZADORA S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º Andar, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04533-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.451/0001-08 ("Emissora") e a Instituição Custodiante ("Escritura de Emissão"), por meio do qual foi emitida a Cédula de Crédito Imobiliário identificada nesta declaração ("CCI"), **DECLARA**, para os fins do parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 10.931/2004, que lhe foi entregue para custódia a Escritura de Emissão de CCI e que a CCI se encontra devidamente vinculada aos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries da 4ª Emissão ("CRI" e "Emissão", respectivamente) da Emissora sendo que os CRI foram lastreados pelas CCI por meio do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão, firmado entre a Emissora e a Instituição Custodiante (na qualidade de agente fiduciário) em 30 de março de 2021 ("Termo de Securitização"), tendo sido instituído o regime fiduciário pela Emissora, no Termo de Securitização, sobre a CCI e os créditos imobiliários que ela representa, nos termos da Lei nº 9.514/1997, regime fiduciário este ora registrado nesta instituição custodiante, que declara, ainda, que o Termo de Securitização e a Escritura de Emissão, por meio da qual a CCI foi emitida, encontram-se, respectivamente, registrados e custodiados nesta instituição custodiante, nos termos do artigo 18, § 4º e parágrafo único do artigo 23, da Lei nº 10.931/2004.

Assinatura Eletrônica: A assinatura do presente instrumento será efetuada de forma digital, nos padrões ICP-BRASIL, sendo reconhecida como forma válida, plenamente eficaz, legítima e suficiente para a comprovação da identidade e da validade desta declaração, em conformidade com o art. 107 do Código Civil e com o §2º, do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

São Paulo, 30 de março de 2021.



SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Instituição Custodiante

Nome: Matheus Gomes Faria

Cargo: Diretor



ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES
AGENTE FIDUCIÁRIO CADASTRADO NA CVM

O Agente Fiduciário a seguir identificado:

Razão Social: **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Endereço: Rua Joaquim Floriano 466, sala 1401 - Itaim Bibi 04534-002 – São Paulo - SP – Brasil

CNPJ nº: nº 15.227.994/0004-01

Representado neste ato por seu diretor estatutário: Matheus Gomes Faria

Número do Documento de Identidade: 0115418741

CPF nº: 058.133.117-69

da oferta pública com esforços restritos do seguinte valor mobiliário:

Valor Mobiliário Objeto da Oferta: Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI

Número da Emissão: 4ª Emissão

Números das Séries: 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries

Emissor: **ISEC SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.769.451/0001-08

Quantidade: 50.000 (cinquenta mil)

Forma: Nominativa escritural

Declara, nos termos da Resolução CVM nº 17/21, a não existência de situação de conflito de interesses que o impeça de exercer a função de agente fiduciário para a emissão acima indicada, e se compromete a comunicar, formal e imediatamente, à B3, a ocorrência de qualquer fato superveniente que venha a alterar referida situação.

Assinatura Eletrônica: A assinatura do presente instrumento será efetuada de forma digital, nos padrões ICP-BRASIL, sendo reconhecida como forma válida, plenamente eficaz, legítima e suficiente para a comprovação da identidade e da validade desta declaração, em conformidade com o art. 107 do Código Civil e com o §2º, do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

São Paulo, 30 de março de 2021.



SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Matheus Gomes Faria

Cargo: Diretor



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DA EMISSORA RELATIVA ÀS DESPESAS OBJETO DE REEMBOLSO

A **ISEC SECURITIZADORA S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1.123, 21º Andar, conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04533-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.769.451/0001-08, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Securizadora”), na qualidade de companhia emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries de sua 4ª Emissão (“CRI” e “Emissão”, respectivamente), que serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, conforme alterada, declara, para todos os fins e efeitos, que as despesas a serem objeto de reembolso no âmbito dos CRI não estão vinculadas a qualquer outra emissão de certificados de recebíveis imobiliários lastreado em crédito imobiliários.

As palavra e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no “Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries da 4ª Emissão da Securizadora”, celebrado na presente data, entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

Assinatura Eletrônica: A assinatura do presente instrumento será efetuada de forma digital, nos padrões ICP-BRASIL, sendo reconhecida como forma válida, plenamente eficaz, legítima e suficiente para a comprovação da identidade e da validade desta declaração, em conformidade com o art. 107 do Código Civil e com o §2º, do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

São Paulo, 30 de março de 2021.

ISEC SECURITIZADORA S.A.

ANEXO IX
DECLARAÇÃO DA EMISSORA RELATIVA A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Declaramos, em cumprimento ao disposto nas Cláusula 2.6 e 2.7 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 214ª, 215ª, 216ª e 217ª Séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da ISEC SECURITIZADORA S.A. (“Termo de Securitização”), que os recursos disponibilizados na operação firmada por meio da CCB foram utilizados até a presente data exclusivamente para o desenvolvimento dos empreendimentos habitacionais conforme listados abaixo:

Período da utilização dos recursos	Valor Utilizado por Período			Valor Total Utilizado por Período	Percentual utilizado no referido Período, com relação ao valor total captado na oferta	Valor Total Utilizado	Percentual total utilizado, com relação ao valor total captado na oferta
	SPE / Imóvel Destinação [●]	SPE / Imóvel Destinação [●]	SPE / Imóvel Destinação [●]				
[●]	[●]	[●]	[●]		[●]		[●]
Total							

ANEXO X

CRONOGRAMA INDICATIVO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NA REFORMA DO EMPREENDIMENTOS

NOME DO EMPREENDIMENTO	CRONOGRAMA INDICATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS (Valores em R\$)						
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º
	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre	Semestre
	2021	2021	2022	2022	2023	2023	2024
Hamptons	877.101,66	1.072.785,72	50.659,33	-	-	-	-
Aurora	770.015,78	1.371.994,46	1.977.066,26	2.088.279,01	54.186,24	-	-
Ilhas Marianas	741.600,82	1.156.290,28	1.871.852,45	2.142.582,53	195.102,53	-	-
Santé	184.760,13	236.491,16	786.919,57	1.213.917,78	1.167.149,70	928.607,94	1.640.163,24
TLR	256.003,87	512.007,74	998.232,87	1.946.197,46	2.115.424,44	2.197.042,53	2.932.979,83
L'Atelier	-	-	788.351,11	1.487.231,86	2.944.530,46	1.524.013,49	1.610.471,10
Solaia	-	-	1.032.098,45	1.519.111,54	3.140.188,84	1.346.723,55	3.121.863,84
TOTAL	2.829.482,26	4.349.569,36	7.505.180,03	10.397.320,19	9.616.582,22	5.996.387,51	9.305.478,44

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F126-4AAF-1C42-9AF5> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F126-4AAF-1C42-9AF5



Hash do Documento

7B08132EFEB5B97206CAC292357DE9CD4CB2167BE4A7A4E539C2F124A8E1F774

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/03/2021 é(são) :

- Matheus Gomes Faria - 058.133.117-69 em 31/03/2021 11:32
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Marina Moura de Barros - 352.642.788-73 em 30/03/2021 19:06
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Eduardo de Mayo Valente Caires - 216.064.508-75 em
30/03/2021 19:05 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Luisa Herkenhoff Mis - 122.277.507-74 em 30/03/2021 19:03
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Juliane Effting Matias - 311.818.988-62 em 30/03/2021 17:45
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

